



PGPM-Bio

BOLETIM DA SOCIOBIODIVERSIDADE



Conab Companhia Nacional de Abastecimento

Presidente da República

Michel Temer

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Blairo Maggi

Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento

Francisco Marcelo Rodrigues Bezerra

Diretoria de Gestão de Pessoas

Marcus Luis Hartmann

Diretoria de Operações e Abastecimento

Jorge Luiz Andrade da Silva

Diretoria Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

Danilo Borges dos Santos

Diretoria de Política Agrícola e Informações

Cleide Edvirges Santos Laia

Superintendência da Gestão da Oferta

Wellington Silva Teixeira

Gerência de Produtos da Sociobiodiversidade

Ianelli Sobral Loureiro



PGPM-Bio

BOLETIM DA SOCIOBIODIVERSIDADE

Volume 1, Número 4

4º trimestre de 2017

ISSN: 2527-1598

B. Sociobiodiversidade, v. 1, n. 4, p. 1-67, out. /nov. /dez. 2017

Copyright © 2017 – Companhia Nacional de Abastecimento – Conab

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Disponível também em: <<http://www.conab.gov.br>>

Depósito Legal junto à Biblioteca Josué de Castro

Impresso no Brasil

ISSN: 2527-1598

O Boletim da Sociobiodiversidade é uma publicação trimestral da Companhia Nacional de Abastecimento cujo objetivo é apresentar informações de biomas brasileiros, conjunturais de mercado de produtos da sociobiodiversidade e o relatório de operações executadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade.

Supervisão: Ianelli Sobral Loureiro, Wellington Silva Teixeira e Stelito de Assis dos Reis Neto, Ênio Carlos Moura de Souza.

Elaboração: Ianelli Sobral Loureiro, Ana Rita Lopes Farias Freddo, Ênio Carlos Moura de Souza, Humberto Lôbo Pennacchio.

Colaboração: Pâmela Bispo da Silva, Luiz Felipe Melo Gonzaga e Laís Siqueira de Jesus.

Projeto gráfico: Guilherme Rodrigues

Normalização: Narda Paula Mendes – CRB-1/562, Thelma Das Graças Fernandes Sousa - CRB-1/1843

Catálogo na publicação: Equipe da Biblioteca Josué de Castro

631:502(81)(05)

C737b

Companhia Nacional de Abastecimento.

Boletim da Sociobiodiversidade / Companhia Nacional de Abastecimento. –
v. 1, n.1 (2017-). - Brasília: Conab, 2017-

Trimestral

ISSN: 2527-1598

1. Biodiversidade. 2. Agronegócio. I. Título

Distribuição:

Companhia Nacional de Abastecimento

SGAS Quadra 901 Bloco A Lote 69, Ed. Conab - 70390-010 – Brasília – DF

(61) 3312-6262

<http://www.conab.gov.br> / sugof@conab.gov.br

SUMÁRIO

Editorial.....	5
Bioma	7
Conjuntura de Mercado.....	13
Açaí.....	14
Amêndoa de Babaçu	19
Amêndoa de Cacau (Nativo)	23
Baru	29
Borracha Extrativista	31
Carnaúba.....	34
Castanha	41
Macaúba.....	43
Piaçava	45
Pinhão	52
Execução da PGPM-Bio	64

EDITORIAL

Ênio Carlos M Souza¹

Produtos do cerrado amparados pela PGPMBio em Minas Gerais

O bioma cerrado, do ponto de vista da diversidade biológica, é reconhecido como a savana mais rica do mundo, abrigando 11.627 espécies de plantas nativas já catalogadas, segundo o Ministério do Meio Ambiente. Ocupa uma área de aproximadamente 22% de todo território nacional e está presente em estados como Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Goiás e outros.

A importância desse bioma vai além da ambiental e reflete na questão social e geração de renda para povos e comunidades tradicionais. Como nessa edição vamos falar um pouco mais de cerrado, vamos explorar nesse editorial alguns bons exemplos de Minas Gerais, Estado que apoiou os extrativistas com mais de meio milhão de reais em 2017.

O primeiro vem da cidade de Arinos, onde uma Cooperativa vem fazendo a diferença e proporcionando notoriedade para a amêndoa de baru. Nessa localidade, a safra do fruto ocorre entre outubro e novembro quando os extrativistas saem de suas casas para colher o maior número possível de frutos e armazená-los em suas próprias residências. Conforme o ano vai passando e a cooperativa demanda, eles (os extrativistas), quebram o fruto para extrair a amêndoa e vender. Assim, durante todo o ano tem amêndoa de baru para ser ofertada a cooperativa que se concentra em beneficiar a amêndoa.

Nas cidades de Chapada Gaúcha, Campo azul e Lagoa dos Patos a produção é concentrada no pequi. A safra desse produto ocorre de setembro a janeiro e a colheita também nesse período para atender a demanda local, de Belo Horizonte e de Goiás – nas duas últimas localidades o produto pode ser beneficiado por cooperativas e ofertado em diversos cantos do país. O número de extrativistas envolvidos é muito difícil de estimar, todavia, a importância dessa atividade na renda dos trabalhadores locais é tão forte, que alguns deles trabalham na safra para ter sustento o resto do ano.

¹ Economista – Analista de mercado de produtos da Sociobiodiversidade. Gerente Substituto.

Outros como buriti, pinhão, mangaba e macaúba também compõem uma cesta de produtos da sociobiodiversidade no Estado, importantes para melhoria de renda de extrativistas e agricultores familiares.

A PGPMBio – política de garantia de preços mínimos para produtos da sociobiodiversidade, ampara todos esses produtos citados através da subvenção direta ao produtor extrativista – SDPE. Este é um programa de pagamento de subvenção direta ao produtor que comprovar venda de produto amparado pela política abaixo do mínimo estipulado pelo governo federal, bastando portar uma cópia válida da declaração de aptidão ao Pronafe - DAP, nota fiscal de venda ou compra, fazendo, para isto, o cadastro de produtor rural da Conab – Sican.

Em 2017 foram pagos mais de R\$ 280 mil em subvenção para extrativistas do pinhão, R\$ 40 mil para extrativistas da macaúba, R\$ 25 mil para os extrativistas da mangaba, R\$ 150 mil para os extrativistas de pequi e R\$ 50 mil em subvenção para os extrativistas do umbu. Esses valores significam proteção para esses produtores quando os preços de mercado caem além daquilo considerado vantajoso para o produtor continuar produzindo. Assim esses extrativistas têm complemento de renda e estímulo para continuar protegendo os pés de pequi, as mangabeiras, os umbuzeiros, os pinhais. Isso tudo é estímulo para proteger o nosso cerrado.

BIOMA

Laís Siqueira de Jesus

Cerrado

O Cerrado é um Bioma brasileiro que ocupa cerca de 22% da área territorial do país, contando com aproximadamente 2 milhões de Km². O bioma abrange os estados de Goiás, Minas Gerais, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí, Bahia, Maranhão, Rondônia, São Paulo, Paraná e o Distrito Federal, além de possuir áreas remanescentes em Amazonas, Roraima e Amapá, e por sua grande extensão é considerado o segundo maior bioma da América do Sul². O Clima do Cerrado é tropical sazonal, e conta com duas estações bem definidas, a seca entre maio e setembro, e a chuvosa entre outubro e abril, outra característica marcante é a baixa umidade do ar e altas temperaturas.

Este Bioma está localizado no centro do país e segundo o Ministério do Meio Ambiente, as nascentes das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul (Amazônica/Tocantins; São Francisco e Prata) podem ser localizadas no nele. O potencial aquífero influencia na diversidade existente. Além disso, o Cerrado possui linhas de transição com os biomas: Amazônico, Caatinga, Pantanal e Mata Atlântica, e compartilha espécies com eles, aumentando ainda mais sua biodiversidade de fauna e flora³. Toda essa capacidade biológica lhe conferiu o título de um *hotspot* mundial sendo considerada a Savana mais biodiversa do mundo, com aproximadamente 330 mil espécies entre fauna e flora, e um grande percentual de espécies endêmicas⁴.

Percebe-se que a importância do Cerrado é imensa e não apenas ambiental, é também de extrema importância social para comunidades tradicionais que vivem no bioma e tiram seu sustento dele, como os geraizeiros, extrativistas, quilombolas, ribeirinhos, vanzanteiros, quebradeiras de babaçu, povos indígenas, entre outros que possuem grande sabedoria e respeito pelo ambiente e que por isso preservam-no por tantas gerações, no entanto, ainda passam por muitos conflitos fundiários para garantir suas terras, uma vez que no

² REDE SEMENTES DO CERRADO. **O Cerrado**. Disponível em: <<http://www.rsc.org.br/o-Cerrado/>>. Acesso em: 08 jan. 2018, 11:01.

³ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **O Bioma Cerrado**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/Biomas/Cerrado>>. Acesso em: 08 jan. 2018, 11:09.

⁴ CERRATINGA. **Fauna e Flora do Cerrado**. Disponível em: <<http://www.cerratinga.org.br/Cerrado/fauna-e-flora/>>. Acesso em: 08 jan. 2018, 11:11.

cenário atual a fronteira para o plantio de commodities vêm crescendo a tomando de conta até mesmo de áreas destinadas a estes grupos⁵.

As comunidades tradicionais prezam pelo uso sustentável dos recursos oferecidos, mesmo garantindo sua renda, respeitam o meio ambiente e seus limites, pois até mesmo o extrativismo se não for feito de maneira correta pode trazer danos ao bioma. O Cerrado oferece uma gama de plantas medicinais que são utilizados para remédios, algumas espécies vegetais são utilizadas para o artesanato, outras são de gênero alimentício como o Pequi, Mangaba, Cagaita, e o Araticum, e estes nomes são de origem indígenas. Esses produtos, além de servir para a alimentação humana e animal, podem ser consumidos e comercializados de diversas formas além de in natura, como: geleias, doces, sorvetes, sucos, polpas, bolos, salgados, tortas, licores, farinha e algumas castanhas como a do Pequi e a do Baru, que pode ser utilizada em biscoitos e bolos⁶.

Segundo o ISPN existem 34 *hotspots* em todo o planeta, e eles são áreas prioritárias para a conservação mundial, no entanto, não quer dizer que estes lugares sejam preservados da maneira como deveriam, como é o caso do Cerrado⁷. O que foi comprovado através do levantamento de dados que feito no projeto Biogeografia do Bioma Cerrado, pois constata-se que a quantidade de Unidades de Conservação (UC's) que existem, não são suficientes para proteção do bioma, dado que existe uma variedade de ambientes que não estão inclusas nas UC's, e por essa razão não englobam toda a diversidade genética existente⁸. Até 2016, segundo o IBGE, somente 8,6% da área do Bioma tem Unidades de conservação, vale ressaltar que o percentual é proporcional à área total do Cerrado.

⁵ CERRATINGA. **População do Cerrado.** Disponível em: <<http://www.cerratinga.org.br/Cerrado/populacao/>>. Acesso em: 08 jan. 2018, 11:16.

⁶ AQUINO, F. de G.; DE OLIVEIRA, Maria Cristina. Reserva legal no bioma cerrado: uso e preservação. Embrapa Cerrados-Documents (INFOTECA-E), 2006.

⁷ INSTITUTO, SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA (ISPN). **O bioma ameaçado.** Disponível em: <<http://www.ispn.org.br/o-cerrado/o-bioma-ameacado/>>. Acesso em: 08 jan. 2018, 11:34.

⁸ RESENDE, Maria de Lourdes Fonseca; GUIMARÃES, Luciano de Lima. Inventários da biodiversidade do bioma Cerrado: biogeografia de plantas. **Rio de Janeiro: IBGE**, 2007.

Nota-se que além de poucas UC's, o Cerrado vem sofrendo uma grande descaracterização, onde grandes áreas de Cerrado Nativo estão dando lugares a monoculturas e pecuária, isso porque o bioma está localizado num relevo plano que facilita a locomoção de máquinas, e apesar de não ser um solo propício para o plantio, a calagem corrige esses obstáculos. O que se percebe é que desde que a capital do Brasil se tornou Brasília, houve o aumento da população conjuntamente com a melhoria da infraestrutura e a partir da revolução verde com os pacotes tecnológicos as fronteiras agrícolas vem aumentando, além do que, houve um aumento do preço das terras nos demais estados brasileiros, e por consequência o Cerrado se tornou uma opção viável para o agronegócio e pecuária⁹. De acordo com Edson Sano¹⁰ aproximadamente 80 milhões de hectares de vegetação nativa foram convertidas em áreas agropastoris, sendo que 54 milhões de hectares foram destinados a pastagens, e 21,5 milhões de hectares destinados a agricultura.

O Bioma corre grande risco por causa de queimadas, desmatamentos, e até mesmo o uso exacerbado da água, que causam danos ambientais, sociais e econômicos. Estima-se que cerca de metade da área do Bioma já tenha sido perdida como pode ser visto na Tabela 1, e junto com ela a biodiversidade. De acordo com o IBGE, em 2008 o Cerrado tinha 131 espécies da flora ameaçadas de extinção, em 2014 esse número cresceu para 677 espécies ameaçadas de extinção, ou seja, um aumento de aproximadamente 400% em cinco anos, dentre estas espécies estão a aroeira, a arnica, e a braúna que são utilizadas de forma medicinal.

⁹ DINIZ, Bernardo Palhares Campolina. **O Grande Cerrado do Brasil Central: geopolítica e economia**. 2006, pag. 138. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

¹⁰ SANO apud. ROCHA (2012, pag. 342). ROCHA, Genival Fernandes et al. Detecção de desmatamentos no bioma Cerrado entre 2002 e 2009: padrões, tendências e impactos. **Revista Brasileira de Cartografia**, 2012.

Tabela 1 – Área Original do Cerrado e Área do Cerrado Desmatada (até 2010)

Estados	Percentual da Área Original do Cerrado	Percentual da Área do Cerrado Desmatada até 2010
Rondônia	0,022%	0,001%
Tocantins	12,40%	3,39%
Maranhão	10,40%	2,57%
Piauí	4,58%	0,77%
Bahia	7,42%	2,79%
Minas Gerais	16,37%	9,35%
São Paulo	3,98%	3,59%
Paraná	0,18%	0,13%
Mato Grosso do Sul	10,59%	8,07%
Mato Grosso	17,60%	7,62%
Goiás	16,16%	10,59%
Distrito Federal	0,28%	0,20%
Total	100,00%	49,06%

Fonte: IBGE, 2010.

De acordo com ISPN o desmatamento no bioma é tão grave que chega a 1,5% ao ano, o que equivaleria a três milhões de hectares/ano. A área total desmatada a cada minuto representa cerca de 2,6 campos de futebol, maior que na Amazônia¹¹. No entanto o Cerrado não dispõe de mecanismos de monitoramento e controle como a Amazônia, e as políticas públicas voltadas para a conservação do cerrado é mínima.

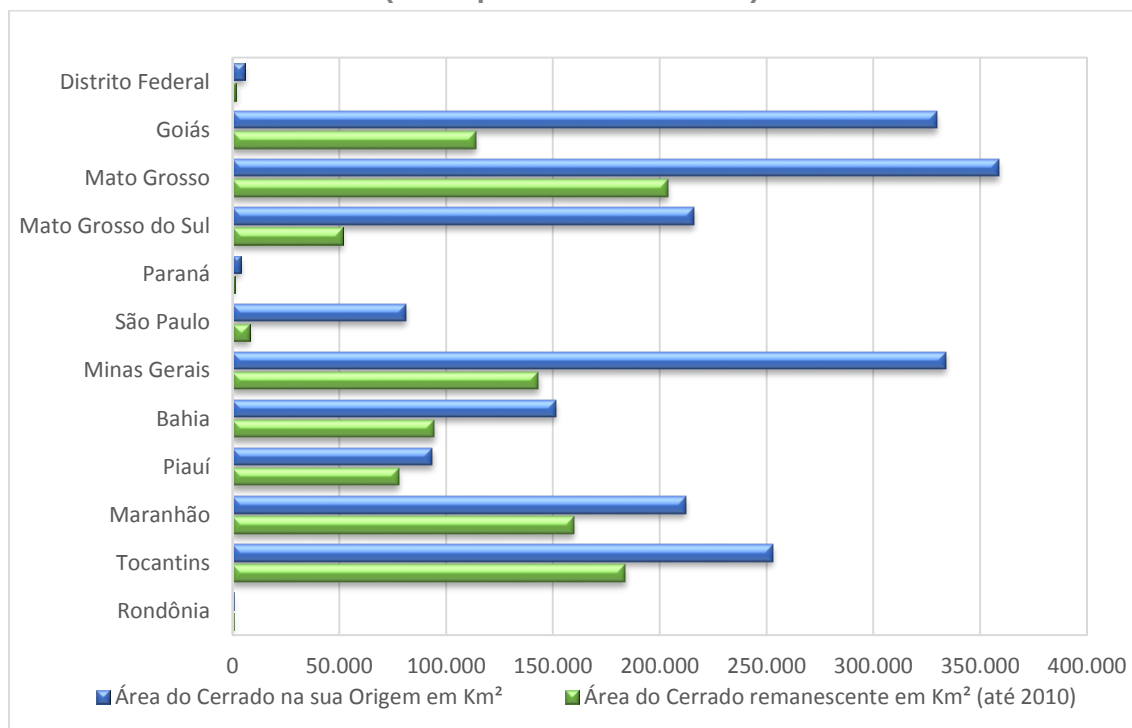
As comunidades tradicionais que vivem no Cerrado são as pessoas mais prejudicadas com esse impacto ambiental, pois além de causar danos à saúde dos animais e pessoas que vivem nessas regiões, também tira a renda da maioria das famílias que garantem seu sustento através dos produtos oferecidos pelo bioma, e estas comunidades locais ficam impossibilitadas de permanecer nesses territórios, resultados no êxodo rural. O Cerrado é o segundo bioma brasileiro que mais sofreu por antropização, atrás somente da Mata Atlântica. No

¹¹ INSTITUTO, SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA (ISPN). **O bioma ameaçado**. Disponível em: <<http://www.ispn.org.br/o-cerrado/o-bioma-ameacado/>>. Acesso em: 08 jan. 2018, 11:34.

Volume 1. Número 4 - 4º trimestre de 2017

Gráfico 2, é possível visualizar a quantidade de quilômetros quadrados remanescentes da vegetação original do bioma até 2010.

Gráfico 1 – Área Original do Cerrado vs Área Remanescente do Cerrado (Km² - por estado até 2010).



Fonte: IBGE, 2010.

Como pode-se perceber os estados mais localizados ao norte do país são os que possuem mais áreas remanescentes, isso devido ao fato de que essas áreas possuem relevos não favoráveis ao plantio ou a pecuária. Enquanto na região central e sul, ocorre um maior desmatamento, por ser uma área mais propícia a atividades agropastoris e a cobertura vegetal é em sua maioria antrópica, principalmente no estado de São Paulo, onde o processo histórico de ocupação das terras foi muito grande, e até hoje é o estado mais populoso do Brasil.¹²

O Distrito Federal também perdeu muita vegetação original, e atualmente grande parte de sua vegetação é antropizada, no entanto uma curiosidade que vale ser ressaltada, é o fato de que existe uma grande área antrópica ao oeste

¹² SANO, Edson Eyji et al. Mapeamento de cobertura vegetal do bioma Cerrado. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2007, p. 32.

do DF, e ela refere-se ao Plano de Assentamento Dirigido do DF (PAD-DF), que é voltado para a produção de alimentos para consumo da própria unidade federativa, dentre os produtos que são cultivados estão milho, soja, feijão e hortaliças.¹³

¹³ Id., 2007, p. 37

CONJUNTURAS DE MERCADO

A Conab é conhecida pela sua interação com as cadeias produtivas do agronegócio e da sociobiodiversidade. A tradição em levantar informações de qualidade sobre os diversos mercados, relacionados ao campo de atuação da empresa, e as análises conjunturais são reconhecidas pelos diferentes públicos e demais esferas do governo.

Nessa sessão, os técnicos da companhia analisam os dados referentes às atividades do terceiro trimestre de 2017 relativos aos produtos Açaí, Amêndoa de Babaçu, Borracha extrativa, Baru, Carnaúba, Piaçava e Cacau.

Estes produtos fazem parte da Política de Garantia de Preços Mínimos para Sociobiodiversidade e a análise desses mercados corroboram para o aprimoramento das políticas públicas voltadas a esse segmento, além de subsidiar com informações os atores envolvidos nessas cadeias produtivas.

AÇAÍ

Ana Rita Lopes Farias Freddo

Colaboração: Laís Siqueira de Jesus

Pâmela Bispo da Silva e Luiz Felipe Melo Gonzaga

1. Panorama Nacional

No Brasil, a espécie *Euterpe precatoria* está distribuída nos estados do Amazonas, Acre e Rondônia, enquanto a *Euterpe oleracea* é encontrada no Pará, Maranhão, Tocantins e Amapá.

A palmeira açazeiro é tipicamente tropical, localizada no estado silvestre e fazendo parte da vegetação florista das matas de terra firme, várzea e igapó (DE OLIVEIRA, M. S.P. et al, 2007, citando COSTA, 2003).

A coleta do açaí é principal fonte de renda dos extrativistas e agroextrativistas que habitam as comunidades ribeirinhas. O crescimento do mercado da polpa processada tem aumentado o interesse no plantio dessa palmeira em áreas de terra firme, especialmente nas degradadas (DE OLIVEIRA, M. S.P. et al, 2007), sendo que, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a quantidade produzida do açaí cultivado, em 2016, aumentou de 1,0 milhão para 1,1 milhão de toneladas.

O açazeiro possui muitas utilidades, do tronco é retirado o palmito e o de açaí e a polpa, sendo esta última processada e comercializada nas mais diferentes formas, desde “in natura”, até, preferencialmente, congelada, adoçada, pasteurizada, utilizada também na fabricação de bebidas energéticas, licores, geleias, sorvetes e picolés, doces, néctares, podendo ser aproveitada também para a extração de corantes e na fabricação de cosméticos. (BANCO DO BRASIL, 2010 citando Rogez, 2000).

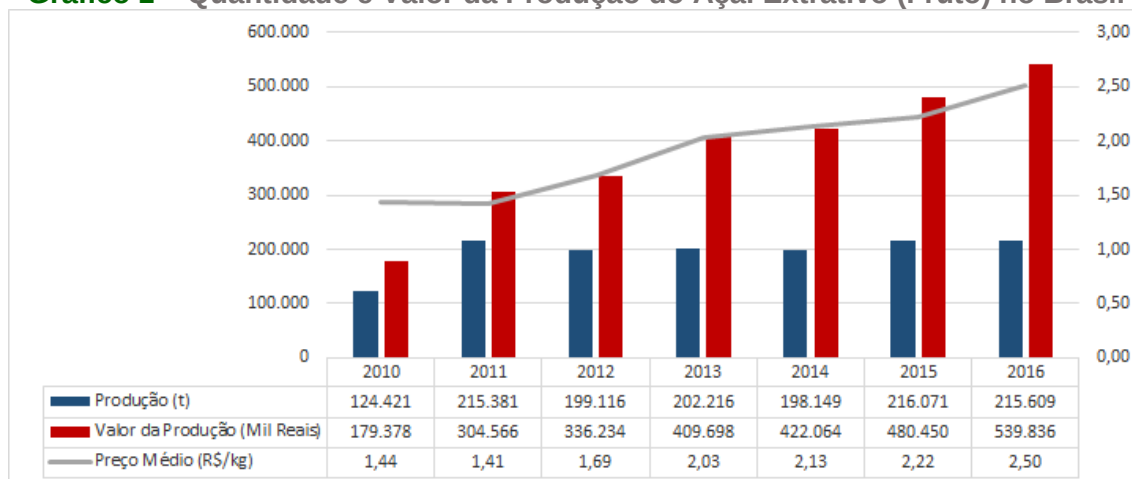
Conhecido por seu sabor diferente e suas propriedades de alto valor energético e antioxidante, a comercialização desse valioso fruto vem crescendo e se consolidando, nos últimos anos, nos mercados nacional e internacional (HOMMA, A. K. O, 2006).

Em 2016, segundo o IBGE, o açaí foi o produto da extração vegetal não madeireira com maior valor da produção: R\$ 539,8 milhões, seguido da erva-mate extrativista (R\$ 398,7 milhões), do pó cerífero de carnaúba (R\$ 187,4 milhões), da castanha-do-Pará (R\$ 110 milhões) e da fibra da piaçava (R\$ 103,7 milhões).

1.1 Produção

De acordo com o IBGE, o total de açaí extrativo coletado no país, em 2016, foi de, aproximadamente, 215,6 mil toneladas de frutos, registrando uma queda de 0,21%, na produção nacional, em relação ao ano anterior. Entretanto, o valor movimentado aumentou, totalizando, em 2016, cerca de 539,8 milhões de reais, verificando-se uma tendência ascendente de crescimento no valor médio pago pelo kg do produto, excetuando-se o ano de 2011, ao longo do período analisado, conforme pode ser visualizado no Gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1 – Quantidade e Valor da Produção do Açaí Extrativo (Fruto) no Brasil



Fonte: IBGE – Elaborado pela autora

Ainda segundo o IBGE, o decréscimo da produção nacional deveu-se, principalmente, à redução de, aproximadamente, 12,3% da safra amazonense, considerada a segunda maior do país, ocasionada por causa da seca no estado, tornando mais difícil o transporte do fruto em alguns rios.

O Estado do Pará, principal produtor nacional, foi responsável, em 2016, por, aproximadamente, 61,2% de todo o açaí produzido no país, com crescimento de 4,6% em relação ao ano de 2015. O valor movimentado, nesse ano, foi de 401,8 milhões de reais, correspondendo a 74,4% do total dessa variável, sendo o preço médio pago pelo kg desse produto (R\$ 3,05/kg), ao longo do período analisado, superior à média nacional (R\$ 2,50/kg).

De acordo com o IBGE, a demanda e a alta de preços do açaí no mercado tornaram a atividade mais atrativa para os extrativistas, contribuindo para aumentar a geração de renda local.

2. Panorama Internacional

2.1. Exportações

Em relação às exportações brasileiras de açaí, sabe-se que a falta de código NCM específico para a polpa, mix e de outros derivados dificulta o rastreamento das exportações, fazendo com que os exportadores utilizem três códigos de outras categorias e prejudicando o setor (TAVARES, G. S. & HOMMA, A. K. O, 2015).

3. Análise de mercado

3.1. Tabela de preços

A Tabela 1 apresenta os preços médios pagos aos produtores extrativistas, pelo kg do açaí, em seis estados brasileiros. No Amazonas, de um modo geral, de julho a dezembro, tem-se a entressafra para o produto. Mas, observa-se antecipação do início da safra de 2018 em dezembro de 2017, provavelmente, porque houve algum município onde a coleta se iniciou mais cedo. Também se observa a prolongamento da safra, em algumas localidades, nos estados do Acre e Rondônia, mas, no primeiro caso, havendo maior oferta em 2017 em relação ao ano de 2016, refletindo queda significativa dos preços. Já em Rondônia, no mesmo período analisado, os preços mantiveram-se estáveis, provavelmente, pela quantidade ofertada no final da safra manter-se constante.

No Amapá, a entressafra ocorre a partir de dezembro, e por isso não se tem o preço do último mês, sendo que, nos meses anteriores, a menor oferta do produto impactou significativamente no aumento dos preços recebidos pelos produtores extrativistas. Já no Pará, os preços foram subindo conforme a oferta do produto foi sendo reduzida.

Tabela 1 – Preço médio pago ao produtor extrativista pelo açaí (R\$/kg)

UF	4º Trimestre de 2016			4º Trimestre de 2017			Variações Percentuais			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	out/16	nov/16	dez/16	out/17	nov/17	dez/17				
Acre	1,90	1,65	1,41	1,47	1,47	1,46	-23%	-11%	4%	1,29
Amapá	2,13	2,04	SI	3,00	3,33	3,55	41%	63%	SI	
Amazonas	SI	SI	SI	SI	SI	2,42	SI	SI	2%	
Maranhão	3,72	3,67	2,76	2,67	2,57	2,57	-28%	-30%	-7%	
Pará	1,66	1,40	1,12	1,67	1,60	1,92	1%	14%	71%	
Rondônia	1,50	1,50	2,00	3,00	3,00	3,00	1%	1%	0,50%	

SI = sem informação.

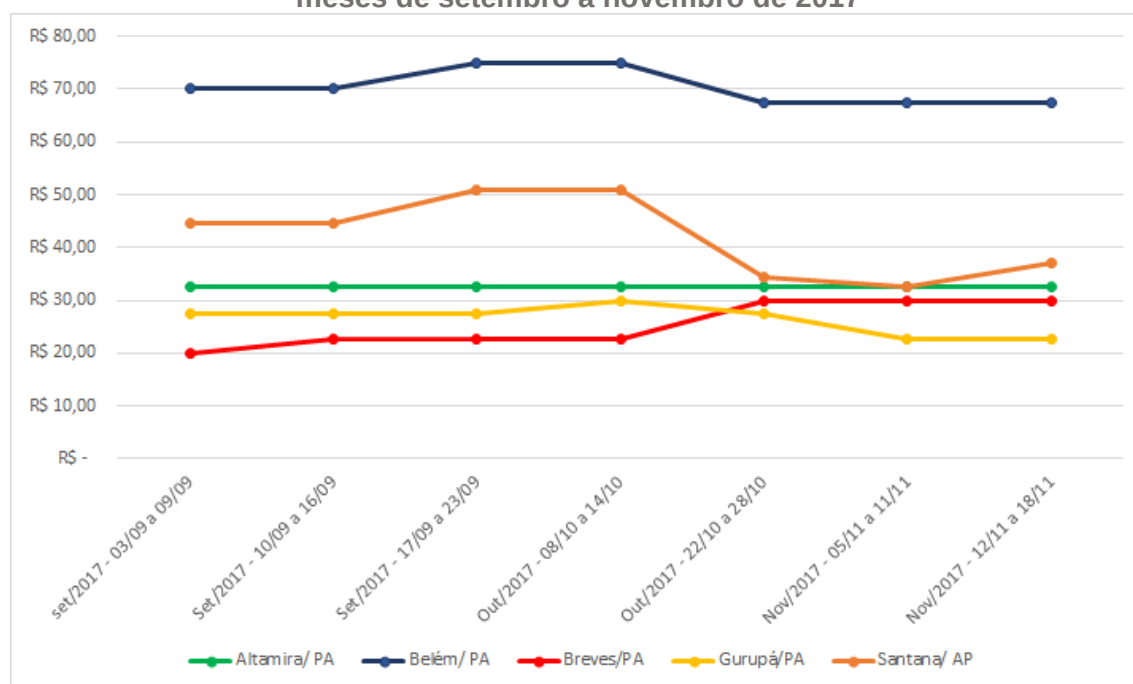
Fonte: Conab – Elaborado pelo colaborador

3.2. Análise de mercado

No Gráfico 2 tem-se os preços médios da lata¹⁴ do açaí comercializado, no período de setembro a novembro, nos portos da Palha e/ou do Açaí em Belém, no Estado do Pará, com os valores variando de R\$ 20,00 a R\$ 75,00/lata.

Observa-se ainda, segundo o gráfico abaixo, que os maiores preços médios comercializados são os da capital paraense e os menores registrados, os de Breves e de Gurupá.

Gráfico 2 – Preço Médio da Lata (14 kg) do Açaí Comercializado no Pará nos meses de setembro a novembro de 2017



Fonte: Imazon – Elaborado pelos colaboradores

4. Referência Bibliográfica

BANCO DO BRASIL (2010). **Desenvolvimento Regional Sustentável.** Série Cadernos de Propostas para Atuação em Cadeias Produtivas, v. 8, 52 páginas. Brasília-DF.

¹⁴ 1 lata contém 14 kg de frutos de açaí

DE OLIVEIRA, M. S. P; DE FARIAS NETO, J. T. & DA SILVA PENA, R. (2007). **Açaí: técnicas de cultivo e processamento**. CEP, v. 60, 104 páginas. Belém-PA.

HOMMA, A. K. O. (2006). **Açaí: novos desafios e tendências**. Embrapa Amazônica Oriental. Artigo publicado no portal ALICE, 17 páginas. Belém-PA.

TAVARES, G. S. & HOMMA, A. K. O (2015). **Comercialização do Açaí no Estado do Pará: alguns comentários**. Observatório de la Economía LatinoAmericana. Revista Eumednet. Setembro de 2015. 13 páginas

AMÊNDOA DE BABAÇU

Ênio Carlos Moura de Souza
Colaboração: Laís Siqueira de Jesus
Luiz Felipe Gonzaga

1. INTRODUÇÃO

O babaçu (*Attalea speciosa*), é uma espécie vegetal que na língua tupi é conhecido como uauaçu, e na linguagem popular também é conhecido como baguaçu, indaiá, coco-palmeira, coco-de-macaco e outros. A Palmeira babaçu ocorre em grandes áreas do Brasil, cerca de 18 milhões de hectares, essas extensões são conhecidas como babaçuais, sendo que a maior concentração de babaçuais ocorre nos estados do Maranhão, Tocantins e Piauí, mas além dos três estados a palmeira também pode ser encontrada no Amazonas, Pará, Ceará e Bahia. O Babaçu é característico de três biomas, o Cerrado, a Caatinga e a Amazônia, e ainda pode ser encontrado em um ponto de transição dos três biomas, um território chamado Mata dos Cocais¹⁵.

Historicamente a cadeia de extrativismo vegetal do babaçu é muito representativa, principalmente pela grande área ocupada pelas palmeiras, mas também pela multifuncionalidade do Babaçu, e sua importância social e econômica para diversas famílias que sobrevivem da comercialização do produto e dos subprodutos extraídos da palmeira babaçu. O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) surgiu justamente por estes fatores, para representar essas pessoas (em sua maioria mulheres) que obtém grande parte de sua renda do extrativismo do babaçu. Esse movimento além de influenciar economicamente na renda das famílias envolvidas, abrange também um aspecto social, onde a mulher tem maior visibilidade e representatividade financeira, além dos benefícios ambientais, uma vez que essas comunidades tradicionais utilizam todo o coco babaçu para diversos fins, como o artesanato, combustível, adubo, ração animal e outros, não somente a amêndoa, ou seja, o impacto ambiental de suas atividades é menor.

O Maranhão, Piauí e Tocantins são os três maiores produtores de amêndoa de babaçu, sendo que o Maranhão ainda é o maior produtor nacional. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2016 o

¹⁵CERRATINGA. Babaçu. Disponível em: <<http://www.cerratinga.org.br/babacu/>>. Acesso em: 12 jan 2018, as 10:36.

Brasil produziu cerca de 61 mil toneladas de amêndoa de babaçu, e dessa quantidade, o estado do Maranhão contribuiu com 57 mil toneladas, sendo que os municípios maranhenses que mais contribuíram com essa disparidade foram Penalva, Poção de Pedras e Vargem Grande. No estado do Maranhão os meses de coleta vão de julho a dezembro, com seu ápice nos meses de setembro a novembro.¹⁶ (CARRAZZA, 2012)

Apesar de sua multifuncionalidade, grande parte das indústrias possuem interesse apenas no óleo obtido da amêndoa do babaçu, para a produção de cosméticos e produtos de higiene como sabonetes, descartando outras oportunidades de uso. Apesar de sua representatividade, o óleo de babaçu vem perdendo mercado para o óleo de palma que é mais rentável de produzir, e também houve a diminuição das áreas de coleta, pois vários locais onde o babaçu era extraído foram privatizados. Esses dois fatores ocasionam na diminuição da produtividade de Babaçu, que desde 2010 vem caindo gradativamente, ressaltando que, de acordo com o IBGE em 2010 a produção de amêndoa de babaçu foi de aproximadamente 106 mil toneladas, enquanto em 2016 a produção diminuiu cerca de 40%.

2. PREÇOS

Os preços de amêndoa de babaçu reagiram em 2017 com viés de alta, quando se comprou com os mesmos meses de 2016. O caso mais notório é do Ceará, onde o preço de dezembro de 2017 disparou pela falta de oferta do produto que reflete a escassez de mão de obra e interesse pela quebra do coco. Vale ressaltar que a quantidade produzida no CE é muito pequena na proporção nacional, sendo também mais um elemento que justifica as oscilações maiores de preço devido os movimentos de oferta e demanda, pois as quedas de produção tendem a ter maior peso no total produzido.

¹⁶CARRAZZA, Luis Roberto et al. Manual Tecnológico de Aproveitamento Integral do Fruto e da folha do babaçu. Brasília – DF. Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN). Brasil, 2012.

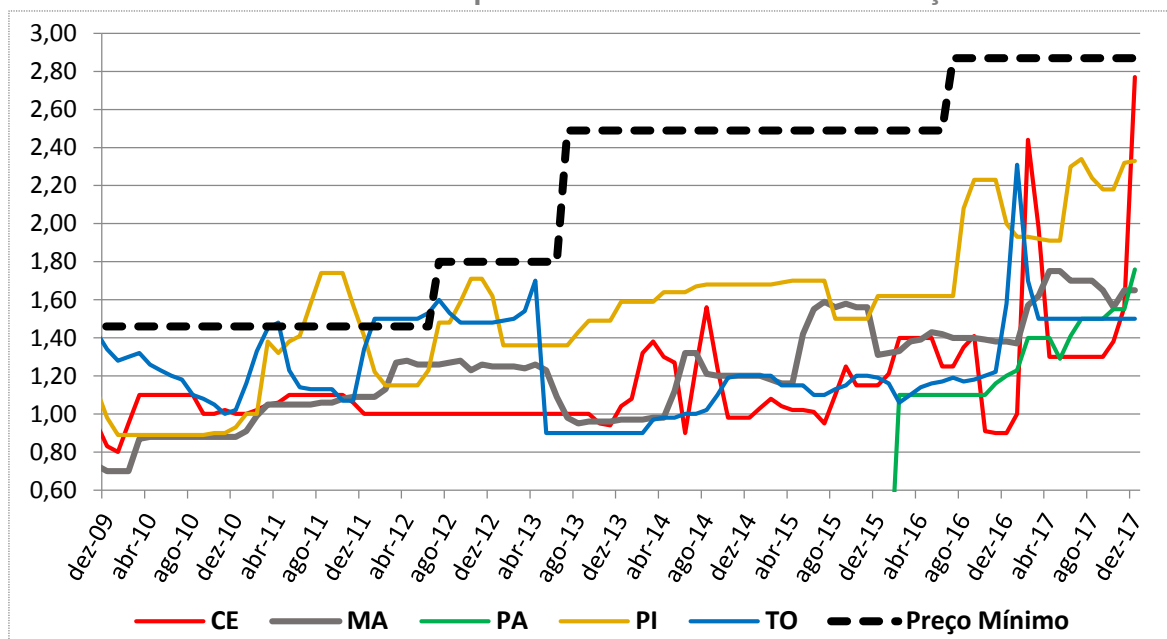
Tabela 1 – Preço pago ao produtor de amêndoa de babaçu (R\$/kg)

UF	4º TRIMESTRE DE 2016			4º TRIMESTRE DE 2017			VARIAÇÕES PERCENTUAIS		
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C
	OUT	NOV	DEZ	OUT	NOV	DEZ			
CE	0,91	0,90	0,90	1,38	1,56	2,77	52%	73%	208%
MA	1,39	1,38	1,38	1,56	1,65	1,65	12%	20%	20%
PA	1,10	1,16	1,20	1,55	1,55	1,76	41%	34%	47%
PI	2,23	2,23	2,00	2,18	2,32	2,33	-2%	4%	17%
TO	1,20	1,22	1,58	1,50	1,50	1,50	25%	23%	-5%

Fonte: Conab

Apesar da reação dos preços no fim de 2017, isso não significa que a cadeia produtiva esteja se recuperando, pois no geral isso se deve as fortes quedas de produção de amêndoa, que provoca aumento nos preços, mas não necessariamente reflete melhora rentabilidade aos produtores.

Gráfico 1 – Estados produtores de amêndoa de babaçu



Fonte: Conab

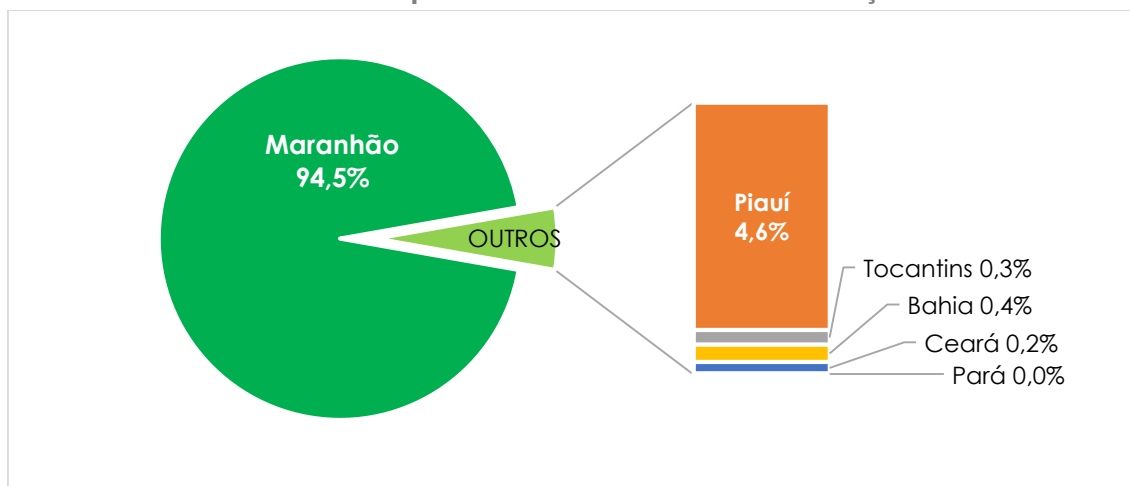
3. PRODUÇÃO

O principal produtor de amêndoa de babaçu no Brasil é o Maranhão. Outros estados têm peso pequeno na produção nacional, todavia com importância relevante na geração de renda de milhares de famílias que sobrevivem dessa

Volume 1. Número 4 - 4º trimestre de 2017

atividade. Estima-se que mais de 300 mil mulheres vivam da atividade de quebradeira de coco. Segundo o IBGE, o mercado de amêndoa de babaçu movimentou cerca de 108 milhões de reais.

Gráfico 1 – Estados produtores de amêndoa de babaçu em 2016



Fonte: IBGE

No decorrer dos anos a produção nacional de amêndoa de babaçu vem diminuindo em todo país e, principalmente, no Maranhão. No comparativo de 2015 e 2016 a produção caiu cerca de 20%. Em todo o período de 2011 a 2016, essa queda chega perto dos 40%. Os motivos dessa queda consistente e sistemática ao longo dos anos são diversos, mas não é exagero dizer o baixo preço praticado é o maior deles.

A recuperação da produção nacional desse produto depende de ações voltadas para a cadeia produtiva, tais como: investimento em tecnologia, valorização da mão de obra, ações de marketing para adequação do mercado para o óleo de babaçu, promoção do escoamento do produto final para o mercado consumidor, e tantas outras. O preço mínimo para a cadeia produtiva do babaçu é essencial nesse processo de estruturação e consolidação da produção nacional.

AMÊNDOA DE CACAU

Ênio Carlos Moura de Souza
Colaboração: Pamela Bispo da Silva
Luiz Felipe Gonzaga

1. INTRODUÇÃO

O cacauero (*Theobroma cacao* L.) é uma espécie arbórea tropical encontrado em florestas úmidas Americanas. Teve origem no continente americano, nas bacias do Amazonas e do Orenoco, também conhecido como árvore do chocolate, *cacao* e outros. Acredita-se que o nome científico atribuído por *Linnaeus* ao cacau "*Theobroma*", foi este pois significa "alimento dos deuses", e remete a história do cacauero que já era cultivado pelos povos maias e astecas na América Central, e utilizado em rituais e cerimônias religiosas. O povo asteca acreditava que o próprio profeta "*Quatzalcalt*" ensinou-os como cultivar o cacauero, além disso preparavam uma bebida espumante a partir das sementes, chamada "*xocolat*", para servir o imperador da época. As sementes eram tão valiosas que eram utilizadas como moedas na época.¹⁷

Diz-se que o cacauero foi se expandindo em duas direções e deu origem a duas espécies da planta. O Cacau *Criollo* que ocorre no sul do México e na América Central, até o Norte da Venezuela e Bolívia, e o Cacau *Forastero* que se espalhou através do Rio Amazonas, e pode ser encontrado na América do Sul, África e Ásia. Existe ainda o Cacau Trinitário que ocorreu da junção das demais espécies. Além de existir de forma natural na Amazônia, o cultivo no Brasil foi ordenado por uma carta régia em 1678, e a planta se desenvolveu muito bem no clima e solo do sul da Bahia, contribuindo com o desenvolvimento da região.¹⁸

O Cacauero pode ser encontrado no bioma amazônico, onde ocorria naturalmente em meio a floresta, e na Mata Atlântica, principalmente no sul da Bahia. Os estados brasileiros produtores são: Rondônia, Amazonas, Roraima, Pará, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Mato Grosso, sendo Bahia e Pará os maiores produtores representantes de cerca de 95% da produção nacional. Apesar das amêndoas serem os principais produtos obtidos do cacau, por serem

¹⁷ Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC). Cacau História e Evolução. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/radar/radar_cacau.htm>. Acesso em: 15 jan. 2018.

¹⁸ Ferreira, Adriana. C. R. et al. Guia de Beneficiamento de Cacau de Qualidade Instituto Cabruca. Ilhéus, Bahia: 2013 52p.:il

matéria-prima para a produção do chocolate, existem outros subprodutos oriundos do cacau, como suco da mucilagem, manteiga de cacau, o mel que utilizado para fazer geleias, álcool, vinagre, vinho e licores. As cascas ainda podem ser utilizadas como adubo ou ração animal, não se desperdiça nada do cacau, desde a semente até a casca. Na Bahia a safra ocorre de outubro a abril, e a safra temporã acontece depois de maio.¹⁹

No final da década de 70 o Brasil ocupava o segundo lugar de maior produtor mundial de cacau, no entanto a produção foi diminuindo, e diminuiu drasticamente na década de 90 quando a doença “vassoura de bruxa” alastrou a produção de cacau, reduzindo em 60% a produção.²⁰ Em decorrência desse acontecimento o Brasil passou a ser não somente exportador do produto, mas também importador, sendo que o mercado interno absorve quase toda a produção.²¹ Segundo a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO), em 2016, o Brasil ocupou o sexto lugar no ranking mundial de produção de cacau, e no ranking de exportação em 2013 ocupou o 13º lugar para exportação de manteiga de cacau, 12º exportação de cacau em pasta e 9º exportando cacau em pó e em pasta.

2. PREÇOS

Os preços da amêndoa de cacau apresentam decréscimos nesse trimestre quando comparados com o mesmo trimestre de 2016. Isso decorrente de uma expectativa de super safra, ou seja, quando a produção indica que vai para além da média dos últimos anos. A tabela 1 apresenta os preços de cada mês desse trimestre e do ano anterior.

¹⁹ Portal São Francisco. Cacaueiro. Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/biologia/cacaueiro>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

²⁰ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Boletim: Mercado de Cacau e Chocolate no Brasil. Disponível em: <<http://www.sebraemercados.com.br/boletim-mercado-de-cacau-e-chocolate-no-brasil/>>. Acesso em 15 jan. 2018.

²¹ Cuenca, Manuel Alberto Gutiérrez. Importância Econômica e Evolução da Cultura do Cacau no Brasil e na Região dos Tabuleiros Costeiros da Bahia entre 1990 e 2002 / Manuel Alberto Gutiérrez Cuenca, Cristiano Campos Nazário. - Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2004. 25 p.: il. - (Documentos / Embrapa Tabuleiros Costeiros, ISSN 1678-1953, 72)

Volume 1. Número 4 - 4º trimestre de 2017

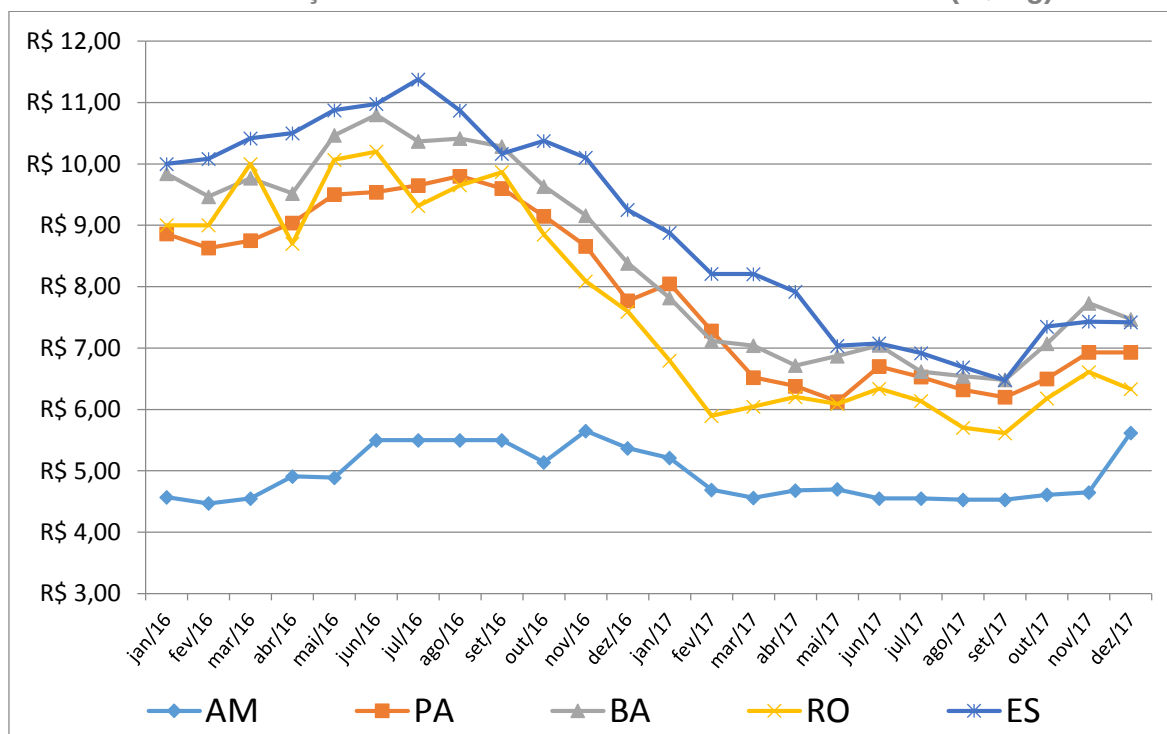
Tabela 1 – Preço pago ao produtor de amêndoa de cacau (R\$/kg)

UF	4º TRIMESTRE DE 2016			4º TRIMESTRE DE 2017			VARIÇÕES PERCENTUAIS		
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C
	OUT	NOV	DEZ	OUT	NOV	DEZ			
AM	5,14	5,65	5,37	4,61	4,65	5,62	-10%	-18%	5%
PA	9,15	8,66	7,77	6,50	6,93	6,93	-29%	-20%	-11%
BA	9,63	9,16	8,38	7,07	7,73	7,47	-27%	-16%	-11%
RO	8,85	8,09	7,59	6,18	6,61	6,33	-30%	-18%	-17%
ES	10,38	10,10	9,25	7,35	7,43	7,42	-29%	-26%	-20%

Fonte: Conab / *Cacau nativo.

Todavia, a trajetória de queda nos preços começa a dar sinais de revés. Os fatos que podem explicar isso é o aquecimento da demanda frente aos preços mais baixos e a proximidade das comemorações de páscoa, quando a demanda pelo produto cresce de forma significativa em relação aos demais meses do ano. No gráfico 1 fica fácil de perceber a reação dos preços a partir do último trimestre de 2017 em termos de preço pago ao produtor nos principais Estados produtores do país.

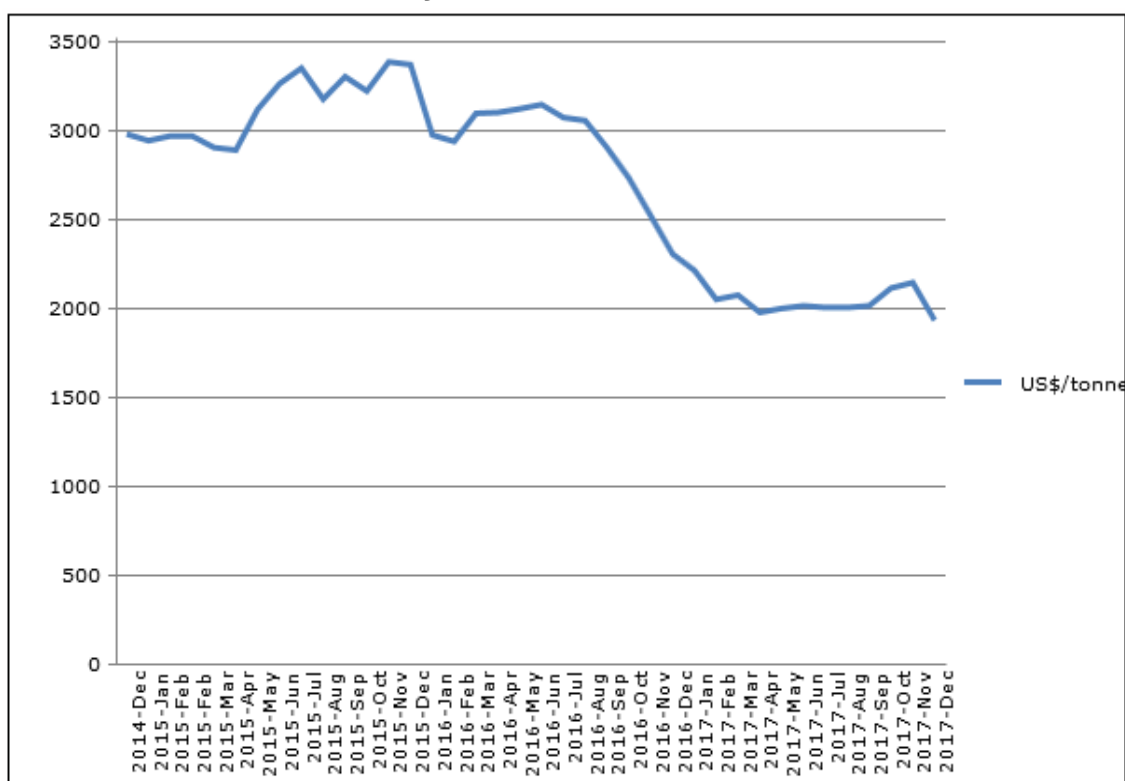
Gráfico 1 – Preço médio mensal amêndoa de cacau nacional (R\$/Kg)



Fonte: Conab/Siagro

O gráfico 1 ilustra a situação de preços pagos a amêndoa de cacau na média das duas bolsas que comercializam o produto, a bolsa de NY e a de Londres, em dólares por tonelada. O mercado externo influencia no movimento dos preços do mercado interno haja vista que o Brasil tem apenas 4% da produção mundial da amêndoa. Ao que tudo indica os mercados internacionais também irão apresentar reações em seus preços nos próximos meses pelos mesmos motivos já apresentados nesse texto.

Gráfico 2 – Preço médio mensal amêndoa de cacau



Fonte: ICCO – média observada nas principais bolsas do mundo.

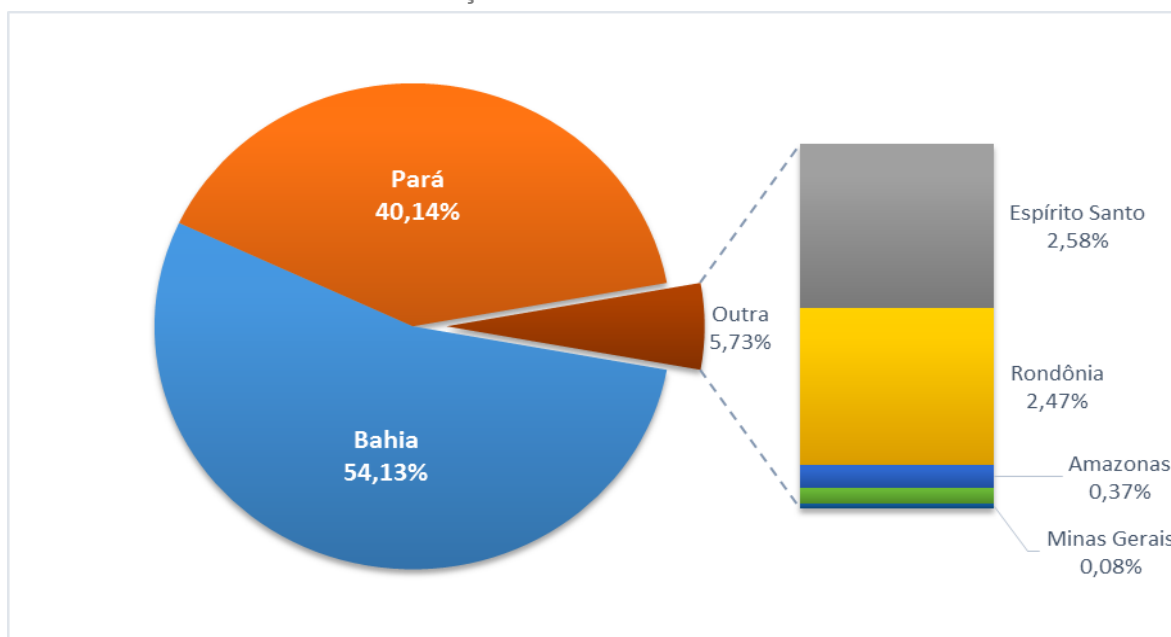
3. PRODUÇÃO

Os dados de produção de 2016 Divulgados pelo IBGE confirma a Bahia e o Pará como os principais produtores de amêndoa de cacau do Brasil, responsáveis por, aproximadamente, 95% de toda a produção nacional. Uma pequena parcela é produzida por estados como o Espírito Santo, Rondônia e Minas Gerais. No Estado do Amazonas temos o cacau nativo e um potencial muito grande de produção que não é de todo explorado por diversos motivos, dentre eles os baixos preços praticados no estado e a falta de grandes

compradores dispostos a buscar o produto na região, haja vista que os produtores teriam pouca ou nenhuma capacidade de escoar seu produto para as regiões sul do país.

O gráfico 2 apresenta a distribuição da produção de amêndoa de cacau no país em 2016 segundo o IBGE.

Gráfico 2 – Produção de amêndoa de cacau – 2016.



Fonte: IBGE

Segundo dados da ICCO a produção mundial de amêndoa de cacau em 2016/17 será quase 20% superior à de 2015/16 - razão pela qual os preços vinham caindo nesse período e agora sinaliza estabilidade com a recuperação da demanda. A tabela 3 apresenta os dados para os continentes produtores e principais países no mundo em relação a produção do cacau.

Volume 1. Número 4 - 4º trimestre de 2017

Tabela 3 – Produção Mundial de amêndoa de cacau (mil toneladas)

Amêndoa Cacau	2014/15		2015/16*		2016/17**	
África	3.074	72.3%	2.917	73.4%	3.525	75.1%
Camarão	232	5%	211	5%	240	5%
Costa do Marfim	1.796	42%	1.581	40%	2.010	43%
Gana	740	17%	778	20%	950	20%
Nigéria	195	5%	200	5%	225	5%
Outros	111	3%	147	4%	140	3%
América	777	18.3%	666	16.6%	757	16.3%
Brasil	230	5%	140	4%	180	4%
Equador	261	6%	232	6%	270	6%
Outros	286	7%	294	7%	307	7%
Ásia e Oceania	400	9.4%	397	10.0%	379	8.5%
Indonésia	325	8%	320	8%	290	6%
Papua Nova Guiné	36	1%	36	1%	40	1%
Outros	39	1%	41	1%	49	1%
Mundial	4.251	100.0%	3.981	100.0%	4.700	100.0%

(*)Estimado (**)Previsão

Fonte: ICCO

A moagem de amêndoa de cacau é um parâmetro para saber como a demanda pelo produto final está se comportando. A aposta dos principais analistas para a próxima safra é de crescimento desse parâmetro puxado pelos melhores preços ao consumidor.

Tabela 4 – Moagem mundial de amêndoa de cacau (mil toneladas)

Amêndoa Cacau	2014/15		2015/16*		2016/17**	
Europa	1551	37.3%	1595	38.6%	1620	37.7%
Alemanha	415	10%	430	10%	415	10%
Holanda	503	12%	535	13%	545	13%
Outros	633	15%	630	15%	660	15%
África	876	21.1%	767	18.6%	824	19.7%
Costa do Marfim	558	13%	492	12%	540	13%
Gana	234	6%	202	5%	220	5%
Outros	84	2%	74	2%	64	2%
América	878	21.1%	889	21.5%	873	20.7%
Brasil	224	5%	225	5%	228	5%
EUA	400	10%	398	10%	390	9%
Outros	255	6%	266	6%	255	6%
Ásia e Oceania	849	20.4%	876	21.2%	964	21.9%
Indonésia	335	8%	382	9%	420	10%
Malásia	195	5%	194	5%	220	5%
Outros	318	8%	301	7%	324	8%
Mundial	4154	100.0%	4129	100.0%	4282	100.0%
Moagem na origem	1870	45.0%	1803	43.7%	1919	44.9%

* Estimado

**Previsão

Fonte: ICCO

BARU

Humberto Lôbo Pennacchio

Colaboração: Pamela Bispo da Silva

1. Panorama nacional

1.1 Produção

A produção de frutos varia muito a cada ano, mas normalmente ocorre de agosto a outubro. Segundo informações oficiais, fornecidas pelo IBGE, em seu último levantamento contido na Pesquisa sobre a Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura de 2016 (PEVS), o estado de Minas Gerais, responde por cerca de 82% da produção nacional.

Caracterizado por um período de coleta curto, dados oficiais sobre o quantitativo apurado em 2017, ainda não está disponível, mas segundo informações obtidas junto às comunidades extrativistas, cooperativa e outros atores da cadeia, nas principais áreas de coleta, estima-se que este número esteja perto de 20.000 toneladas, no estado de Minas Gerais.

2. Análise de mercado

Um dos grandes entraves, senão o principal, na comercialização de produtos extrativistas é a figura do comprador/adquirente, pois é por meio do mesmo, através de uma precificação atrativa, que o agricultor extrativista decide o volume a ser coletado, uma vez que existem custos a serem considerados.

Por ser uma atividade estritamente dependente das forças da natureza, a manutenção da oferta é fundamental para que os compradores se fidelizem, o que nem sempre é a realidade, causando muita incerteza em ambos os lados.

Tabela 1 – Preços pagos ao Produtor – Baru amêndoa (R\$/kg)

UF	4º TRIMESTRE DE 2016			4º TRIMESTRE DE 2017			VARIÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	out/16	nov/16	dez/16	out/17	nov/17	dez/17				
MG	SI	SI	19,00	SI	SI	SI	-	-	-	R\$ 13,22
MS	50,00	68,00	80,00	42,50	44,32	53,40	-15%	-35%	-33%	
MT	21,00	15,00	15,00	20,00	20,00	20,00	-	33%	33%	

Fonte: Conab/Siagro

A julgar os números apresentados na tabela 1, os preços pagos aos produtores nos diferentes estados onde há coleta, refletem nitidamente a desestruturação desta cadeia produtiva. Primeiro pela disparidade dos preços, tanto em valores nominais, quanto na sua variação percentual e com valores muito dispares.

BORRACHA NATURAL EXTRATIVA

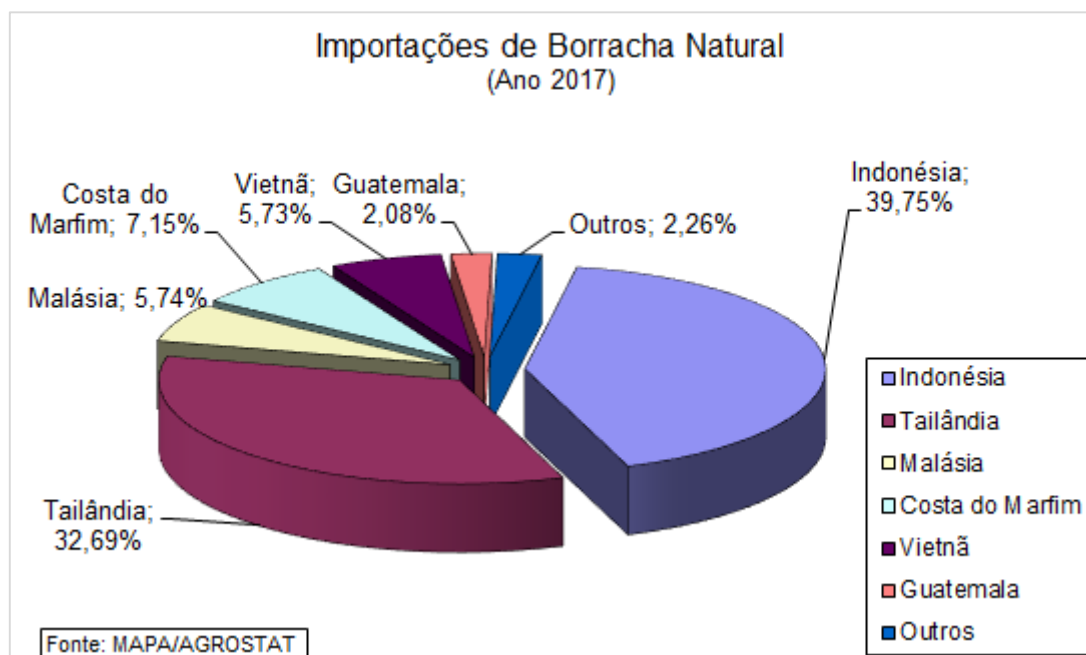
Humberto Lôbo Pennacchio

Colaboração: Pamela Bispo da Silva

1. Panorama nacional

A seringueira de produção extrativista tem sua principal atividade na região Amazônica, compreendendo os estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia. O Brasil é importador tradicional de borracha e continua importando cerca de 60% da borracha necessária ao consumo interno, 224,6 mil toneladas em 2017, queda de 4,3% em relação ao resultado obtido em 2016. Especificamente ao quarto trimestre de 2017, as importações do produto registraram queda de 5,3% em volume, em relação ao mesmo período de 2016, resultado da fraca atividade do setor automotivo, principal demandante desta matéria prima.

Gráfico 1 – Importações de Borracha natural.



1.1 Produção

De acordo com o IBGE, em seu último relatório sobre a Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, em 2016, a Região Norte detém 2,63% da produção e 4,90% da área, enquanto que o estado de São Paulo produziu 56,0%

Volume 1. Número 4 - 4º trimestre de 2017

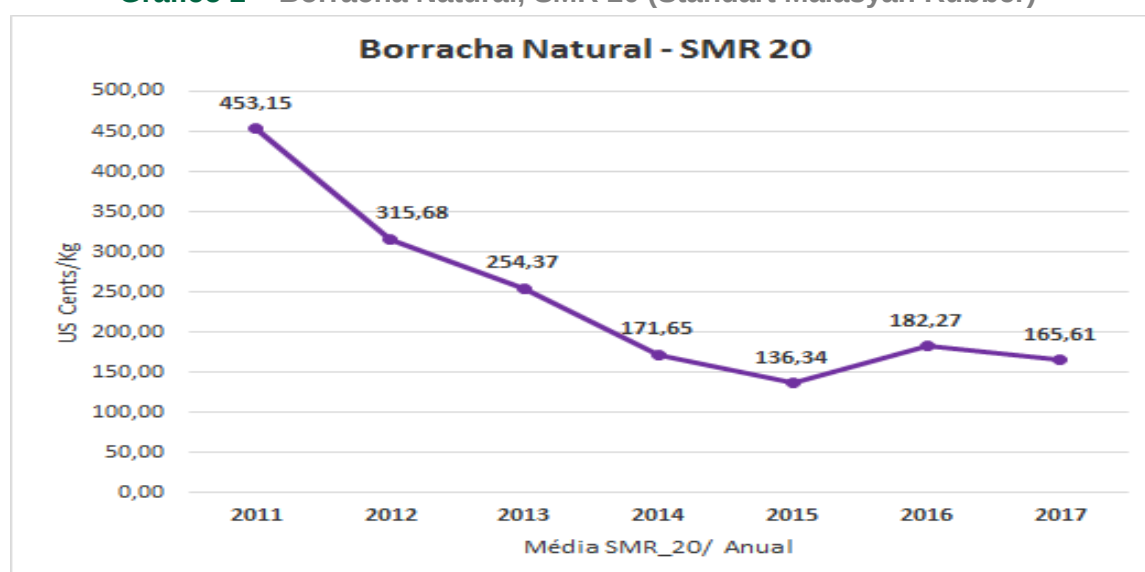
da borracha natural, responsável por 35,04%, da área plantada em todo o país. Em números, a atividade extrativista produziu 1.202 toneladas, número este muito reduzido, e que sofreu uma redução em relação à 2015, de 16,9%, consequência direta dos baixos preços praticados no mercado internacional, para a commodity.

Ainda com relação à capacidade produtiva, se levarmos em consideração as áreas extrativistas inexploradas/abandonadas, com o gênero *Hevea*, que com a reativação do potencial produtivo poderia atingir um patamar de produção em cerca de 40 a 50 mil toneladas/ano, cerca de 20% das importações atuais e com possibilidade de gerar emprego e renda para um sem número de famílias que habitam todo o Bioma Amazônico.

2. Análise de mercado

Os preços no mercado interno, obedecem uma lógica de precificação baseada no desempenho dos preços no mercado externo, com destaque para os principais produtores e consumidores, localizados na Ásia que praticamente regulam este mercado, ofertando ou retirando produto do mercad. O gráfico 2, mostra o desempenho do produto Malasiano, SMR 20 (Standart Malasyan Rubber), similar ao GEB (granulado escuro brasileiro), matéria-prima brasileira, borracha tecnicamente especificada, usada na fabricação de pneus e artefatos de borracha e um dos principais atores deste mercado.

Gráfico 2 – Borracha Natural, SMR 20 (Standart Malasyan Rubber)



Fonte: Malasyan Rubber Board

Volume 1. Número 4 - 4º trimestre de 2017

O movimento de queda nos preços internacionais desde 2011 ensaiando uma recuperação em 2016, retomou a tendência no início de 2017 e tem reflexo nos preços internos como apresentado na tabela 1.

A tentativa de recuperação artificial dos preços internacionais, por parte dos principais países produtores e consumidores, dentre eles Tailândia, Malásia e Indonésia, tem no mecanismo de retenção de estoques, a principal estratégia, o que não tem surtido um efeito duradouro.

A manutenção da atividade econômica chinesa, refletindo diretamente na manutenção do consumo, o maior consumidor mundial da commodity, assim como uma melhora no comércio mundial, nitidamente nos Estados Unidos, na zona do Euro e em países emergentes asiáticos compensaram e mantiveram os preços em patamares aceitáveis, intercalando a estabilização do consumo chinês.

Tabela 1 – Preços pagos ao Produtor – Borracha Natural –CVP (R\$/Kg)

UF	4º TRIMESTRE DE 2016			4º TRIMESTRE DE 2017			VARIAÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	out/16	nov/16	dez/16	out/17	nov/17	dez/17				
AC	1,74	1,73	1,72	1,83	1,74	1,71	5%	1%	-1%	R\$ 5,42
AM	2,20	2,20	2,20	2,21	2,21	2,28	0%	0%	4%	
MT	2,00	1,80	1,80	2,20	1,90	1,80	10%	6%	0%	
PA	SI	SI	SI	2,27	2,39	2,40	-	-	-	
RO	1,73	1,74	1,84	1,95	1,88	1,88	13%	8%	2%	

Fonte: Conab/Siagro

CARNAÚBA

Ênio Carlos Moura de Souza
Colaboração: Pamela Bispo da Silva
Luiz Felipe Gonzaga

1. INTRODUÇÃO

A carnaúba é uma palmeira (*Copernicia prunifera*) típica da região Nordeste do Brasil, sendo encontrada principalmente nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí, principais produtores da palmeira. Seu nome é derivado do tupi e significa árvore que arranha, por conta da camada de espinhos que cobre a parte inferior do caule. Conhecida também como “Árvore da vida”, - carandaúba, carnaba, carnaubeira, caranaíba, carnaúva - a Carnaubeira pode chegar a alcançar até 15 metros de altura. Seu caule reto e cilíndrico tem um diâmetro que varia de 10 a 20 centímetros. São esverdeados quando jovens e ficam roxos quando amadurecem.²² Árvore típica da Caatinga, tem suas folhas recobertas por uma cera produzida pela mesma para evitar a perda de umidade através da transpiração em razão do clima quente além de protege-la de fungos, ressaltando que é uma característica apenas das carnaubeiras brasileiras.²³ A Palmeira da Carnaúba tem alto grau de resistência, como geralmente ocorre próximo de rios, suportam alagamentos em épocas de chuva, e se adaptam facilmente ao calor, suportando até 3.000 horas de isolamento por ano.²⁴

O período de corte das folhas é de julho a dezembro (período seco), dependendo da região e da quantidade de chuvas, quanto maior a incidência de chuvas, maior a probabilidade da produção de folhas, podendo uma carnaubeira chegar a produzir cerca de 60 folhas em uma safra. Nos três principais estados produtores, o extrativismo da carnaúba é de suma importância, visto que ocupa cerca de 200 mil pessoas direta ou indiretamente, com maior concentração de

²² CERRATINGA. CARNAÚBA. Disponível em: < <http://www.cerratinga.org.br/carnauba>>. Acesso em: 16 Jan, 2018 às 16:58

²³ DO NASCIMENTO, Edvânia Bezerra et al. **A Cera de Carnaúba: Origem, Produção e Mercados**. VIII Encontro de Engenharia de Produção Agroindustrial (VIII EEPA). Paraná, 2014.

²⁴ ALVES, Maria Odete; COELHO, Jackson Dantas. Tecnologia e relações sociais de produção no extrativismo da carnaúba no nordeste brasileiro. In: **CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**. Fortaleza: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2006. p. 9.

mão de obra na fase de coleta.²⁵ O principal produto extraído é a cera, sendo obtida de forma artesanal ou industrial através do pó cerífero. A cera artesanal possui três classificações: amarela, arenosa e gorda, enquanto a cera que passa por processo industrial é classificada como: tipo um, tipo três e tipo quatro.²⁶

A palmeira de carnaúba possui várias aplicações, aproveitando-se praticamente tudo. Da raiz extraem-se medicamentos, a fibra extraída da folha é utilizada na fabricação de artesanato, a palha utilizada na cobertura de casas, fabricação de cordas e chapéus, os frutos servem como alimento para o gado, o tronco muito resistente e duradouro utilizado na fabricação de ripas e caibros para construções. As folhas trituradas após a retirada do pó servem como adubo e podem ser utilizadas na alimentação de ovinos e caprinos. Além desses subprodutos, na indústria também tem muita utilidade na confecção de tintas, sabonetes, lápis de cera, graxas, esmaltes, papel carbono, *tonners* de impressora, cera dental, revestimento de capsulas de remédios, produtos de limpeza, no polimento de frutas e queijos para preservar o produto, e outros.²⁷ Ou seja, é uma árvore que pode ser utilizada em sua totalidade pela indústria e pelos próprios extrativistas, tanto as folhas, quanto o caule, o talo, a fibra, o fruto e as raízes da palmeira.²⁸

O extrativismo da Carnaúba é muito valorizado nos estados do Nordeste, pois além da palmeira ter inúmeras utilidades, não atrapalha outras atividades onde essa população trabalha, pois, a safra da carnaúba ocorre justamente no período de entressafra de outras culturas, ou seja, o extrativismo serve como um acréscimo na renda dessas famílias.²⁹ Usualmente o estado do Piauí é o maior produtor da Carnaúba em pó e o Ceará o maior produtor da Carnaúba em cera entre os estados produtores, no entanto, no ano de 2016, segundo o IBGE a produção de pó de Carnaúba dos dois estados foi similar, do total nacional de 17

²⁵ ALVES, Maria Odete et al. Extrativismo da carnaúba: o desafio de estimar os resultados econômicos. In: **CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL**. 2008.

²⁶ DO NASCIMENTO, Edvânia Bezerra et al. **A Cera de Carnaúba: Origem, Produção e Mercados**. VIII Encontro de Engenharia de Produção Agroindustrial (VIII EEPA). Paraná, 2014.

²⁷ ALVES, Maria Odete; COELHO, Jackson Dantas. Tecnologia e relações sociais de produção no extrativismo da carnaúba no nordeste brasileiro. In: **CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**. Fortaleza: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2006. p. 9.

²⁸ DE CARVALHO, José Natanael Fontenele; GOMES, Jaíra Maria Alcobaça. Contribuição do extrativismo da carnaúba para mitigação da pobreza no nordeste. 2007.

²⁹ DO NASCIMENTO, Edvânia Bezerra et al. **A Cera de Carnaúba: Origem, Produção e Mercados**. VIII Encontro de Engenharia de Produção Agroindustrial (VIII EEPA). Paraná, 2014.

Volume 1. Número 4 - 4º trimestre de 2017

mil toneladas, Piauí foi responsável por 9 mil toneladas enquanto o Ceará 7 mil toneladas, sendo que nos anos anteriores a produção de pó no Piauí chegava a ser quase 62% da produção nacional, ou seja, mais da metade, e em 2016 houve um decréscimo.

2. PREÇOS

O segundo semestre do ano é o período em que a palmeira tem suas folhas podadas e colocadas para secar e assim obter o pó cerífero para beneficiamento.

No quarto trimestre de 2017 apenas o Rio Grande do Norte manteve seus preços estáveis ao longo dos três meses e com alta em relação ao mesmo trimestre de 2016. Os demais estados oscilaram preços de acordo com as movimentações de oferta e demanda e os prêmios de qualidade comuns nos produtos que apresentam menos impurezas em sua composição.

A tabela 1 apresenta dos dados de preços nos três estados onde a Conab faz pesquisas e no gráfico 1 é possível acompanhar a evolução dos preços nos últimos anos. Apesar das oscilações de mercado desde 2011 os preços pagos ao produtor não ficam abaixo do mínimo fixado pelo governo federal.

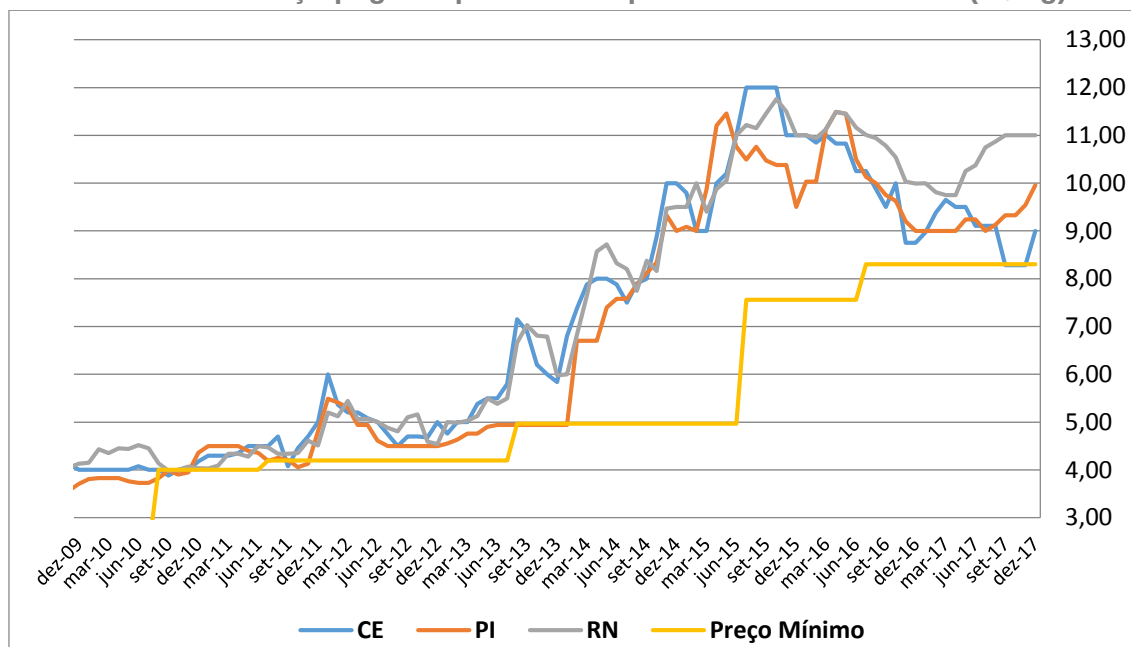
Tabela 1 – Preço pago ao produtor de pó cerífero de carnaúba (R\$/kg)

UF	4º TRIMESTRE DE 2016			4º TRIMESTRE DE 2017			VARIAÇÕES PERCENTUAIS		
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C
	OUT	NOV	DEZ	OUT	NOV	DEZ			
CE	10,00	8,75	8,75	8,28	8,28	9,00	-17%	-5%	3%
PI	9,63	9,20	9,00	9,33	9,54	9,96	-3%	4%	11%
RN	10,54	10,03	9,99	11,00	11,00	11,00	4%	10%	10%

Fonte: Conab.

Volume 1. Número 4 - 4º trimestre de 2017

Gráfico 1 – Preço pago ao produtor de pó cerífero de carnaúba (R\$/kg)



Fonte: Conab.

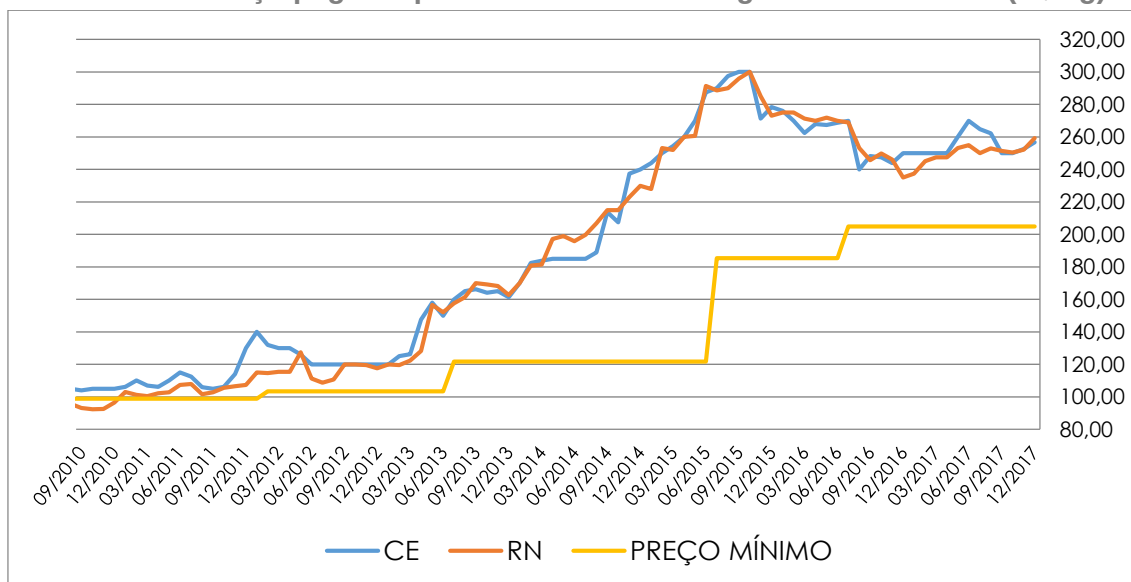
Em relação a cera bruta gorda de carnaúba – produto beneficiado a partir do pó cerífero, as oscilações de mercado foram muito mais suaves do que aquelas observadas no seu principal insumo. Após a alta de preços que ocorreu entre 2012 e 2015 e a consequente queda de 2016 a 2017, atualmente os preços parecem seguir uma tendência de estabilidade, como mostra a tabela 2 e o gráfico 2.

Tabela 2 – Preço pago ao produtor de cera bruta gorda de carnaúba (R\$/kg)

UF	4º TRIMESTRE DE 2016			4º TRIMESTRE DE 2017			VARIAÇÕES PERCENTUAIS		
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C
	OUT	NOV	DEZ	OUT	NOV	DEZ			
CE	247,50	244,00	250,00	250,00	252,61	256,75	1%	4%	3%
RN	249,75	246,00	235,00	250,50	252,09	259,35	0%	2%	10%

Fonte: Conab.

Gráfico 2 – Preço pago ao produtor de cera bruta gorda de carnaúba (R\$/kg)



Fonte: Conab.

3. PRODUÇÃO

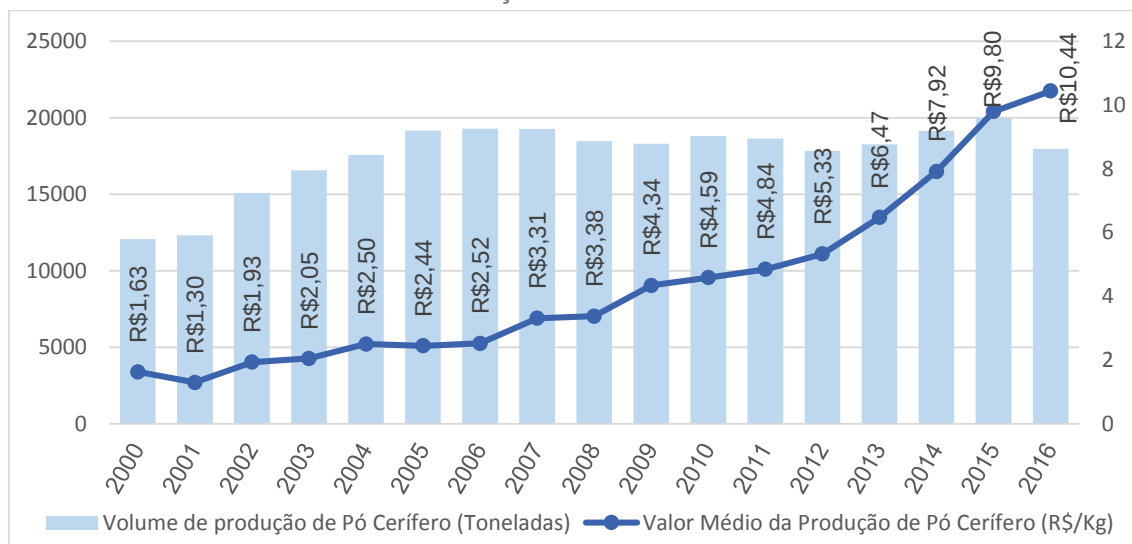
O pó cerífero é o principal insumo para a cera de carnaúba. Assim, a produção deste, influencia diretamente na quantidade produzida do outro. A demanda externa por cera de carnaúba se mantém aquecida pois é um produto único com utilidade em diversas etapas produtivas de diversos segmentos de indústrias.

O processo produtivo de pó cerífero no nordeste brasileiro é arcaico e com pouca tecnologia inserida, o que causa perdas grandes durante algumas etapas do processo, como na fase de secagem das folhas, por exemplo. Essa perda de produtividade vem acompanhada da perda de qualidade do produto que muitas vezes fica exposto a impurezas. Esses fatores, aliados ao desmatamento da palmeira crescente, têm proporcionado queda na oferta de pó cerífero de boa qualidade, levando o mercado a precificar em patamares mais elevados, o pó de boa qualidade.

O gráfico 1 aponta essa alta nos valores de produção, acompanhados de um resultado negativo na quantidade produzida em relação ao último ano. A alta de preços vem acontecendo desde 2006, e em 2012 o volume produzido começa a reverter sua tendência de queda, chegando a patamares parecidos com os de 2006, porém, com valores por quilo do produto até quatro vezes maior. Com a queda de produção de 2016 a cadeia produtiva volta a valores como os de 2013.

Volume 1. Número 4 - 4º trimestre de 2017

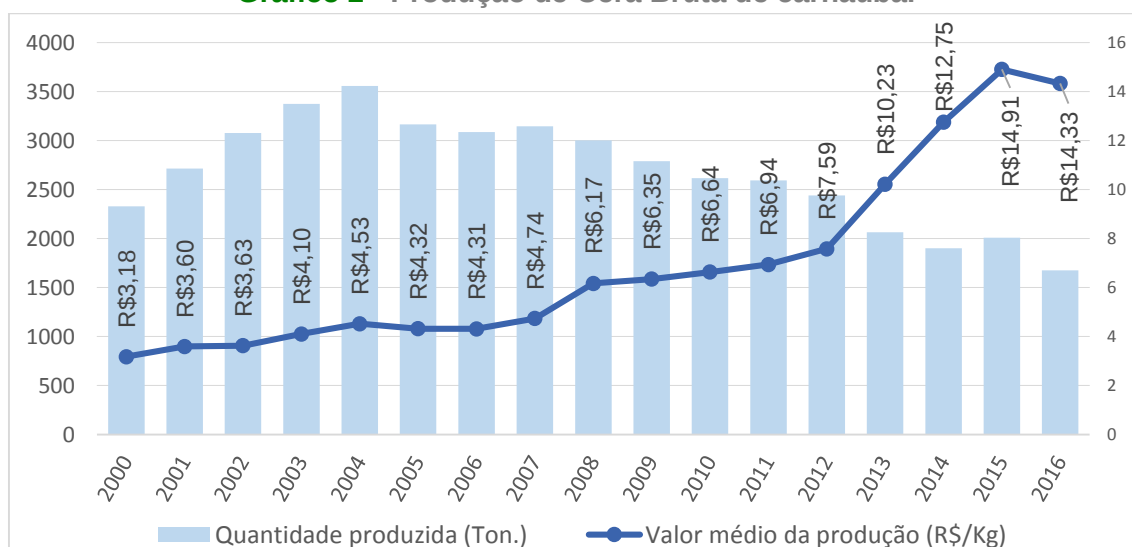
Gráfico 1 – Produção de Pó Cerífero no Brasil.



Fonte: IBGE – elaborado pelo autor.

Ao invés de produzir cera bruta, os produtores estão cada vez mais vendendo o pó cerífero diretamente para as indústrias. Isso porque as condições de produção, em geral, por ter pouca tecnologia podem comprometer a qualidade do produto. Portanto, apesar de beneficemente agregar valor para o produtor rural, deixa de ser feito por falta de investimentos em processos produtivos eficientes. Com isso, o volume produzido tende a cair e o preço tende a elevar -, cenário descrito no gráfico 2.

Gráfico 2 - Produção de Cera Bruta de carnaúba.



Fonte: IBGE – elaborado pelo autor.

Desta forma, de cerca de 22 mil toneladas de produção com a carnaúba, 9% correspondem a cera bruta, o restante ao pó cerífero. Ambos os produtos seguem para as indústrias para serem beneficiadas em cera classificada, produto que será exportado e também atenderá o mercado interno.

CASTANHA DO BRASIL

Humberto Lôbo Pennacchio

Colaboração: Pamela Bispo da Silva

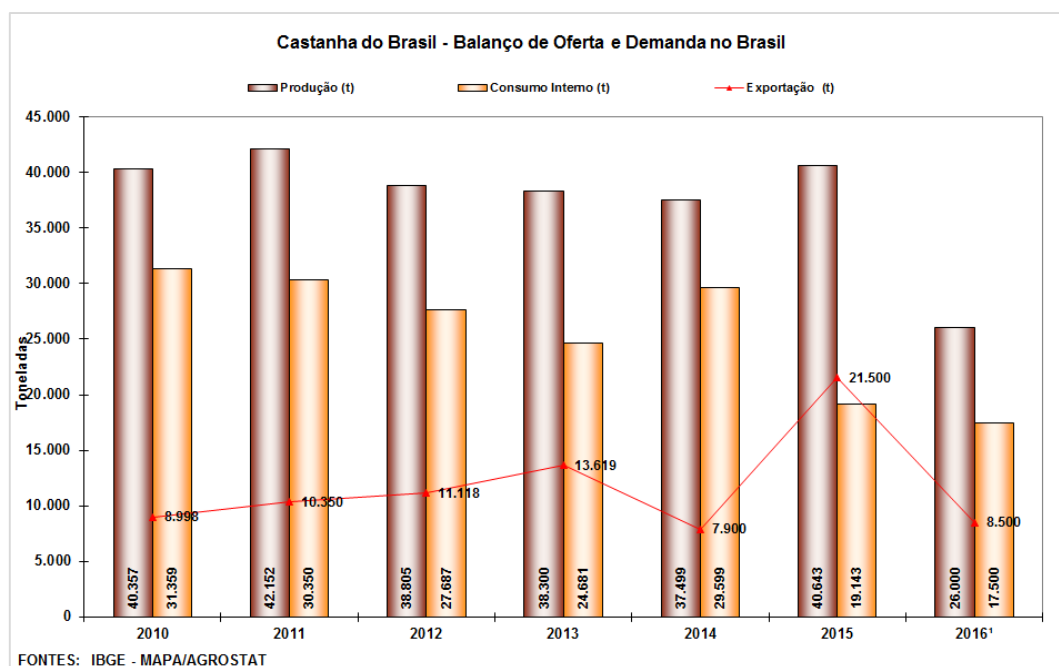
1. Panorama nacional

1.1 Produção

A produção brasileira de castanha em casca está distribuída entre os Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Pará e Rondônia, sendo que os três primeiros respondem por mais de 90% do volume produzido, conforme pode ser observado no gráfico 1 a seguir. Como pode-se observar no gráfico 1, a estimativa é que a safra 2017/18 seja de recuperação da produção, uma vez que a queda de cerca de 30%, na safra passada, provocada por condições climáticas, falta de chuvas na época de floração das castanheiras, uma situação atípica, pois a redução das chuvas na região amazônica, que atingiu os principais países exportadores como Bolívia, Peru e Brasil, afetou tanto a qualidade como a quantidade da castanha, levando a uma falta generalizada do produto.

Segundo fontes locais, a safra que se iniciou, apresenta frutos grandes e em boa quantidade o que deverá garantir preços remuneradores às populações extrativistas, assim como normalização dos estoques suficientes para a indústria. Uma vez que a pesquisa oficial ainda não terminou, números definitivos estarão disponíveis, quando da divulgação dos números oficiais pelo IBGE.

GRÁFICO 1



2. Análise de mercado

O preço da Castanha do Brasil, no quarto semestre analisado tem variado muito, uma vez que o início da safra em algumas regiões, ocorreu em novembro e seguindo até maio/junho de 2018. A tabela 1, reflete esta tendência de preços elevados, reflexo direto da escassez da última safra, o que elevou os preços do produto à valores estratosféricos. Os preços desta nova safra ainda se mostram resistentes com elevação ainda no segundo mês da safra, movimento que deverá se estabilizar, à medida que aumenta a oferta do produto.

Tabela 1 – Castanha do Brasil – (R\$/Kg)

UF	4º TRIMESTRE DE 2016			4º TRIMESTRE DE 2017			VARIAÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	out/16	nov/16	dez/16	out/17	nov/17	dez/17				
AC	SI	3,83	3,83	SI	5,74	6,62	-	50%	73%	R\$ 1,27
AM	SI	SI	5,10	SI	SI	SI	-	-	-	
PA	5,00	SI	SI	5,00	SI	5,75	0%	-	-	
RO	3,13	3,18	3,25	6,61	6,68	7,25	111%	110%	123%	

Fonte: Conab/Siagro

MACAÚBA

Humberto Lôbo Pennacchio

Colaboração: Pamela Bispo da Silva

1. Panorama nacional

A palmeira da macaúba, nativa de florestas tropicais e com ampla distribuição no território brasileiro na forma de maciços naturais ou em áreas isoladas, principalmente nos Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Tocantins, Minas Gerais e Goiás, sendo característica dos biomas Cerrado e Pantanal.

Abundante no Cerrado brasileiro, numa área de ocorrência estimada em 12 milhões de hectares, a macaúba tem se destacado como uma das espécies mais promissoras como fonte de óleo para o biodiesel e bioquerosene. A palmeira tem um enorme potencial de uso, sendo empregada para fins alimentares, cosméticos e energéticos, e o seu aproveitamento é praticamente não deixando resíduos inaproveitáveis.

1.1 Produção

O levantamento da produção de macaúba, pelo órgão oficial de estatísticas no Brasil, IBGE, ainda não é efetuado, dificultando assim um planejamento de longo prazo para a cadeia produtiva. Estes levantamentos são feitos em loco, apenas em algumas regiões/estados onde o produto é comercializado, Minas Gerais e Ceará. O período de coleta, que teve início em outubro e se estenderá até março de 2018, tem boas perspectivas uma vez que novos investimentos no estado de Minas Gerais têm incentivado as comunidades. Mas uma realidade está comprometendo o bom desempenho desta atividade: o envelhecimento das populações residentes e o êxodo rural das novas gerações que tem preferência por atividades mais remuneradoras e menos desgastantes, abandonando os campos dificultando o fornecimento da matéria prima.

2. Análise de mercado

O maior obstáculo para o aumento do alcance da Política de Garantia de Preços – PGPM-Bio é a falta de uma comercialização constante e sólida. Os preços da macaúba são coletados nos estados de Minas Gerais, Ceará e são utilizados para acompanhamento do mercado do produto assim como acompanhar a veracidade dos pagamentos de subvenções.

Volume 1. Número 4 - 4º trimestre de 2017

TABELA 1 – Macaúba (fruto) – (R\$/Kg)

UF	4º TRIMESTRE DE 2016			4º TRIMESTRE DE 2017			VARIÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	out/16	nov/16	dez/16	out/17	nov/17	dez/17				
CE	SI	SI	0,50	SI	SI	0,50	-	-	0%	R\$ 0,55
MG	SI	SI	0,28	SI	0,22	0,22	-	-	-21%	

Fonte: Conab/Siagro

PIAÇAVA

Ana Rita Lopes Farias Freddo

Colaboração: Luiz Felipe Gonzaga

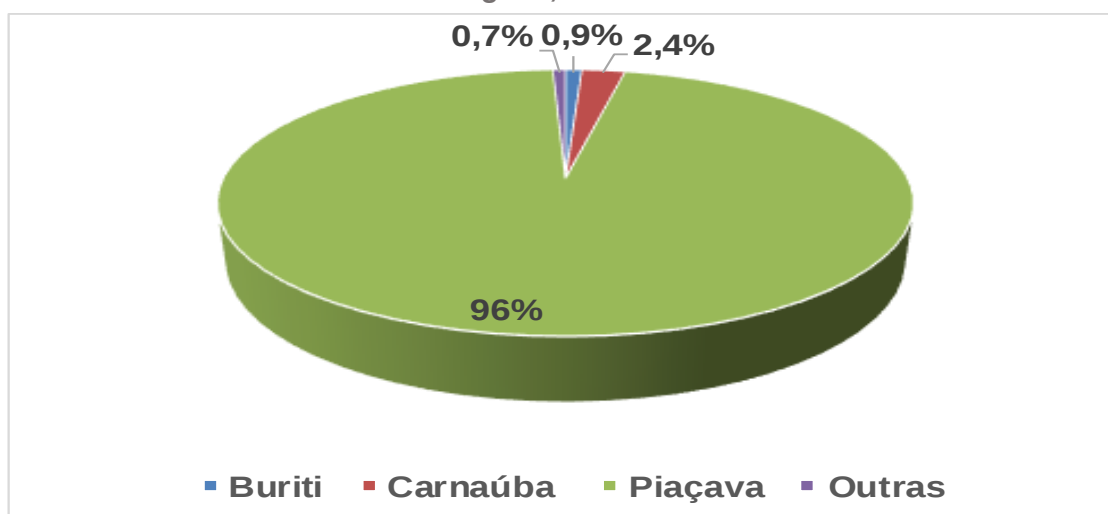
1. Panorama Nacional

Nos países tropicais, as palmeiras, as quais pertencem a família Arecaceae (onde se encontra a piaçava), estão no segundo grupo de plantas mais importantes, perdendo apenas para as gramíneas. Já a nível global ocupa o terceiro lugar, perdendo para as gramíneas e leguminosas (GUIMARÃES, C. A. L. & SILVA, L. A. M., 2012, citando BERNAL, 1997).

No Brasil, dentre o universo de palmeiras presentes, estão as piaçavas nativas do Estado da Bahia (*Attalea funifera*) e da Amazônia (*Leopoldinia piassaba* e *Aphandra natalia*). Da piaçava são extraídas fibras duras e flexíveis das bordas dos pecíolos, utilizadas para confecção de vassouras, escovas e coberturas e, suas sementes, por sua vez, fornecem um marfim-vegetal. Ambos os produtos auxiliam na renda das comunidades extrativistas e das populações tradicionais (GUIMARÃES, C. A. L. & SILVA, L. A. M., 2012).

Em 2016, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a piaçava foi a fibra da extração vegetal com maior valor da produção: R\$ 103,7 milhões, seguida da carnaúba, do buriti e de outras.

Gráfico 1 – Participação da Piaçava, na Produção Nacional de Fibras da Extração Vegetal, em 2016



Fonte: IBGE – Elaborado pela autora

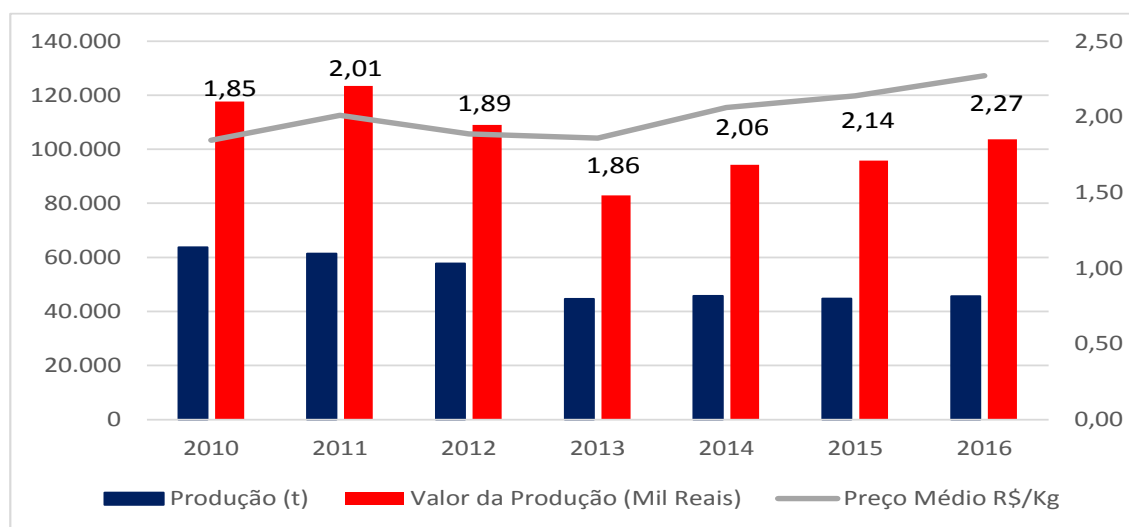
1.1 Produção

De acordo com o IBGE, o total de fibra de piaçava coletado no país, em 2016, foi de 45.645 toneladas. Tal valor representa um pequeno incremento de 1,87% em relação à quantidade coletada em 2015, porém importante para o setor pois, de um modo geral, a extração da fibra da piaçava vem apresentando quedas, constantes, na produção, excetuando-se os valores de 2014 e 2016, conforme pode ser observado no Gráfico 2.

Vale ressaltar que: a) o leve aumento da produção nacional, registrado em 2016, deve-se ao incremento significativo da produção amazonense e b) dentre os motivos das reduções “anuais” dos anos anteriores, observadas ao longo da série histórica, estão a falta de mão de obra para a coleta, uma vez que se trata de um trabalho pesado que já não atrai tanto as novas gerações; a baixa atratividade da remuneração recebida pelo produtor extrativista, principalmente no Estado da Bahia; a idade avançada de alguns piaçabais; a disputa de terra com os indígenas e uma forte concorrência com as fibras sintéticas.

Quanto ao valor movimentado com esta produção primária da fibra de piaçava, totalizou-se, em 2016, cerca de 103,7 milhões de reais. Comparando-se esse número com o ano de 2015, o aumento no valor movimentado foi de 8,21%. Estes dados podem ser visualizados no Gráfico 2 abaixo.

Gráfico 2 – Quantidade, Valor da Produção e Preço Médio da Fibra da Piaçava no Brasil

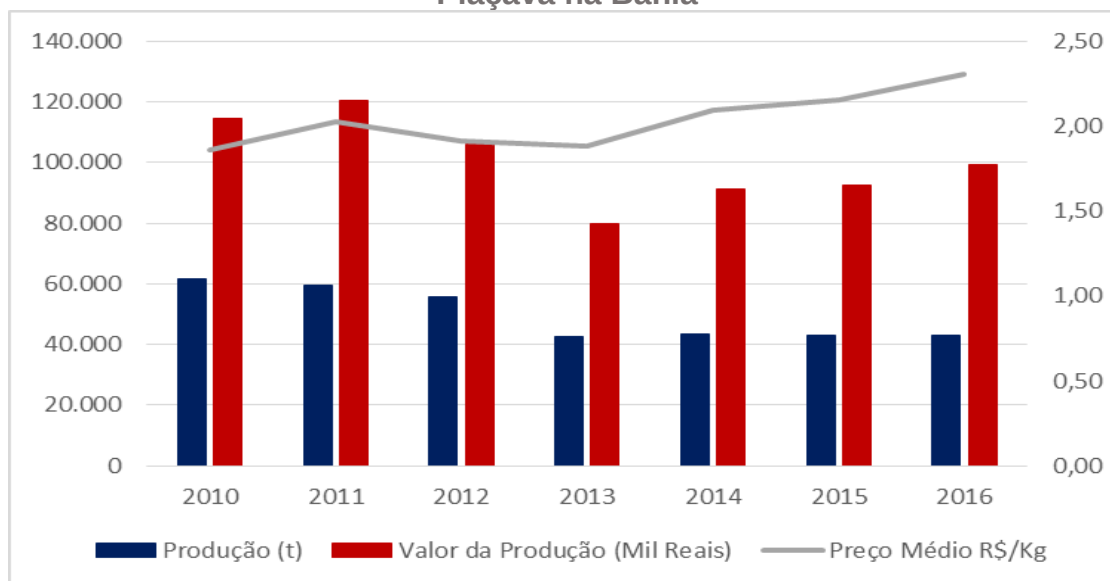


Fonte: IBGE – Elaborado pela autora

Ainda de acordo com o IBGE, a produção acreana, no período de 2013 a 2015, foi de 1 tonelada, dobrando-se a quantidade coletada em 2016. Já em relação ao valor da produção, o preço registrado, para o primeiro período, manteve-se estável (R\$ 2 mil), aumentando 50% em 2016.

No Gráfico 3, tem-se a produção do Estado da Bahia, responsável por 94,17% de toda a piaçava produzida no Brasil. Reafirmando o que acontece em nível nacional e compartilhando os mesmos motivos, a produção e o valor movimentado vêm caindo no estado, embora há ocorrências de uma leve recuperação em 2014 (para ambas as variáveis) e 2016 (só para a segunda variável). Destaca-se que o preço médio pago pela fibra da piaçava baiana é maior que o nacional, em virtude da espécie encontrada na Bahia ser de melhor qualidade que a de ocorrência amazônica.

Gráfico 3 – Quantidade, Valor da Produção e Preço Médio da Fibra da Piaçava na Bahia



Fonte: IBGE – Elaborado pela autora

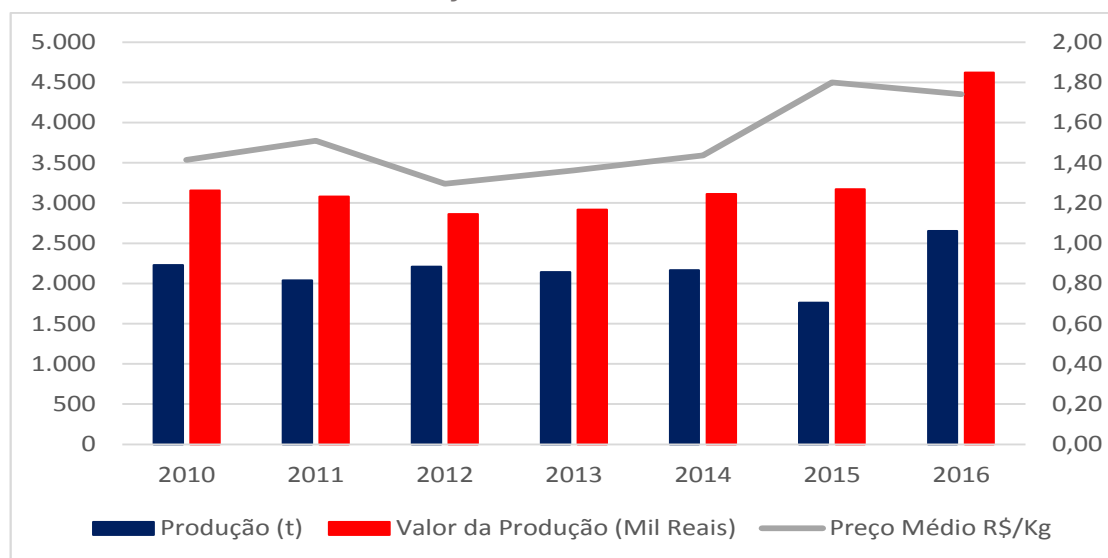
No Amazonas, em que pese a produção ser relativamente pequena, a atividade é importante economicamente para os municípios de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira. O isolamento e a falta de oportunidades com outras atividades ajudam na importância desta atividade. Apesar da série histórica, contida no Gráfico 4, apresentar a queda de produção na região, visto que, nos últimos anos, ela ter ficado um pouco acima das 2 mil toneladas anualmente, registrou-se em 2016 acréscimo bastante significativo de, aproximadamente, 50,5%, em comparação com a produção do ano de 2015. Este aumento se deve a n fatores, entre eles, a

atuação do Ministério Público Federal, em 2015, coibindo o trabalho escravo na região, e um melhor preço de mercado pelo kg da piaçava na região de extração.

Já o preço médio pago pela fibra da piaçava amazonense é menor que o nacional, em virtude da espécie apresentar qualidade inferior a baiana e, portanto, mais usada por empresas para fabricação de vassouras.

Cabe ressaltar a importância da PGPMBio, em Barcelos, através do pagamento de subvenção aos extrativistas do município que receberam um preço inferior, pelo kg da fibra da piaçava, ao mínimo fixado pelo Governo Federal e o empenho, tanto do escritório local do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável no Estado do Amazonas – IDAM quanto da Superintendência Regional do Amazonas – Sureg-AM, em divulgar e acessar essa política.

Gráfico 4 – Quantidade, Valor da Produção e Preço Médio da Fibra da Piaçava no Amazonas



Fonte: IBGE – Elaborado pela autora

2. Panorama Internacional

2.1. Exportações

Em se tratando das exportações, conforme já relatado em outras conjunturas, não há como dimensionar o volume de piaçava exportado, visto que o mesmo se encontra inserido no item matérias vegetais das espécies,

Volume 1. Número 4 - 4º trimestre de 2017

principalmente as utilizadas na fabricação de vassouras, escovas, pincéis e artigos semelhantes (por exemplo, sorgo, piaçava, raiz de grama, tampico) mesmo torcidas ou em feixes, de acordo com categorização do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC.

Analisando o quarto trimestre de 2017, conforme Tabela 1, as exportações de matérias vegetais como sorgo, piaçava, raiz de grama e tampico, tiveram como destinos:

- Tradicionais países compradores: Alemanha e Bélgica. Adquirem fibra da piaçava da Bahia, utilizada para fabricação de vassouras, escovas e etc;
- Eventuais adquirentes: Angola, Espanha e Itália. Os dois últimos países também adquirem a piaçava para fabricação de vassouras e escovas e
- Eventual comprador: Japão. Provavelmente, adquire o sorgo para fabricação de vassoura.

Tabela 1 – Exportações de matérias vegetais das espécies, principalmente as utilizadas na fabricação de vassouras, escovas, pincéis e artigos semelhantes (por exemplo sorgo, piaçava, raiz de grama e tampico), mesmo torcidas ou em feixes

País	4º Trimestre de 2016		4º Trimestre de 2017	
	Peso Líquido (t)	US\$/t	Peso Líquido (t)	US\$/t
Alemanha	12	39,81	11,20	39,18
Angola			0,001	0,006
Belgica			10,05	26,54
Egito	20	10,10		
Espanha			6,30	11,02
Itália			23,60	9,79
Japão			0,007	0,489
Turquia	29	14,28		

Fonte: MDIC – Elaborado pelo colaborador

2.2. Importações

Em relação às importações de matérias vegetais como sorgo, piaçava, raiz de grama e tampico, sabe-se que o México é fornecedor mundial da fibra de tampico, sendo este o produto adquirido pelo Brasil, porém de forma esporádica. Esse trimestre foram adquiridos 5 toneladas desta matéria-prima, no valor de US\$ 27,53/t, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Importações de matérias vegetais das espécies, principalmente as utilizadas na fabricação de vassouras, escovas, pincéis e artigos semelhantes (por exemplo sorgo, piaçava, raiz de grama e tampico), mesmo torcidas ou em feixes

País	4º Trimestre de 2016		4º Trimestre de 2017	
	Peso Líquido (t)	US\$/t	Peso Líquido	US\$ (t)
México	4	23,92	5	27,53

Fonte: MDIC – Elaborado pelo colaborador

3. Análise de mercado

3.1. Tabela de preços e Análise de mercado

Tabela 3 – Preço Recebido pelo Produtor Extrativista pela Fibra da Piaçava Bruta (R\$/kg)

UF	4º Trimestre de 2016			4º Trimestre de 2017			Variação Percentual			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	out/16	nov/16	dez/16	out/17	nov/17	dez/17				
Amazonas	3,05	2,77	2,83	1,56	1,69	1,81	-49%	-39%	-36%	1,91
Bahia	1,13	1,13	1,13	1,13	1,13	1,13	0%	0%	0%	

Fonte: Conab – Elaborado pelo colaborador

No quarto trimestre de 2017, tanto no Amazonas quanto na Bahia, o preço médio pago aos produtores extrativistas, pelo quilograma comercializado da fibra da piaçava, esteve abaixo do preço mínimo estabelecido pelo governo federal.

Na tabela acima, verifica-se que os preços médios, recebidos pelos piaçabeiros amazonenses, nos meses de outubro a dezembro de 2017, em relação ao mesmo período do ano passado, apresentaram decréscimos bastante significativos. Isso se deveu: a) pela retirada do maior comprador de fibra da piaçava da atividade, deixando o mercado na mão de pequenos

compradores que vêm adquirindo pequenas quantidades a preços menores que os praticados no ano anterior e b) a oferta do produto ser grande na região.

Já os preços pagos aos produtores extrativistas baianos se mantiveram estáveis e, conforme citado, anteriormente, os valores ainda continuam bem abaixo do preço mínimo fixado pelo Governo Federal.

Vale destacar a competição direta que a fibra da piaçava sofre com as fibras sintéticas, produzidas em laboratórios, no mercado nacional e internacional. No mercado internacional, apesar do reconhecimento da qualidade superior da piaçava baiana, por ela ser um produto com valor de venda maior, sua aquisição é feita mais em pequenas quantidades pelos países compradores tradicionais.

4. Mercado diferenciado PGPM-Bio

A tabela abaixo apresenta a quantidade e o valor subvencionados aos produtores extrativistas pelo quilograma da fibra da piaçava, no período de outubro a dezembro de 2017, correspondendo a 100% do valor total pago, nesse ano, para esse produto, e beneficiando 59 produtores extrativistas, do município de Barcelos/AM, com o pagamento da subvenção.

Tabela 4 – Quantidade e Valor Subvencionados aos Produtores Extrativistas pelo kg da Piaçava

Produto	UF	Quantidade (kg)	Valor (R\$)
Piaçava (Fibra)	AM	199.840,00	51.451,50

Fonte: Conab – Elaborado pelo colaborador

5. Referência Bibliográfica

GUIMARÃES, C. A. L. & SILVA, L. A. M. (2012). **Piaçava da Bahia (*Attalea funifera* Martius): do extrativismo à cultura agrícola**. Editus. 264 páginas

PINHÃO

Ana Rita Lopes F. Freddo

Colaboração: Luiz Felipe Gonzaga, Laís S. de Jesus e Pâmela B. Silva

1. Panorama Nacional

O bioma Mata Atlântica é considerado como um dos três mais importantes hotspots³⁰ para conservação da natureza no planeta, sendo constituído por diversos ecossistemas, dentre os quais a Floresta Ombrófila Mista (FOM), ou mata com araucárias, uma das fitofisionomias³¹ mais ameaçadas da Mata Atlântica. A FOM tem a *Araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze como principal espécie desta formação comumente conhecida como pinheiro-do-Paraná ou araucária (ZECHINI, A. A. et al, 2012, citando MITTERMEIER et al, 1999; DINERSTEIN et al, 1995 e BRASIL, 2006; e CARVALHO, 2003).

Esta espécie tem sua ocorrência natural no Brasil entre altitudes de 500 a 2.300 m, e suas sementes, os pinhões, podem ser encontrados maduros de fevereiro a dezembro, conforme diversas variedades³² (ZECHINI, A. A. et al, 2012).

O pinhão é encontrado e comercializado em maior abundância nos meses de abril a junho. Neste período, muitas aves³³ alimentam-se quase, exclusivamente, dos pinhões florestais (SILVEIRA, C. F. B. da et al, 2007), servindo, ainda, como base para a economia de muitas famílias rurais nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Minas Gerais.

Na Floresta Nacional de São Francisco de Paula (Flona-SFP), no Rio Grande do Sul, a coleta de pinhão ocorre, historicamente, como uma das

³⁰ Um hotspot de biodiversidade ou hotspot ecológico é uma região biogeográfica que é, simultaneamente, uma reserva de biodiversidade, que pode estar ameaçada de destruição. Designa, geralmente, uma determinada área de relevância ecológica por possuir vegetação diferenciada da restante e, conseqüentemente, abrigar espécies endêmicas. Os hotspots de biodiversidade estão identificados pela Conservation International (CI)

³¹ Fitofisionomia pode ser definida como sendo o aspecto da vegetação de um lugar ou a flora característica de uma região

³² Em Santa Catarina, a literatura descreve nove variedades para a *A. angustifolia*: 1) *elegans*; 2) *sancti josephi*; 3) *angustifolia*; 4) *caiova*; 5) *indehiscens*; 6) *nigra* e 7) *striata*; 8) *semi-alba* e 9) *alba*. As variedades foram descritas baseadas na época de amadurecimento dos pinhões e nas variações da cor do pinhão (semente).

³³ Maitacas, papagaios e gralhas

alternativas de uso sustentável de produtos não-madeiráveis. Essa atividade faz parte do cotidiano da população associada à Flona-SFP, residente no entorno, e está inserida como expressão de uma atividade tradicional, tanto de subsistência quanto na cultura do povo (SILVEIRA, C. F. B. da et al, 2007).

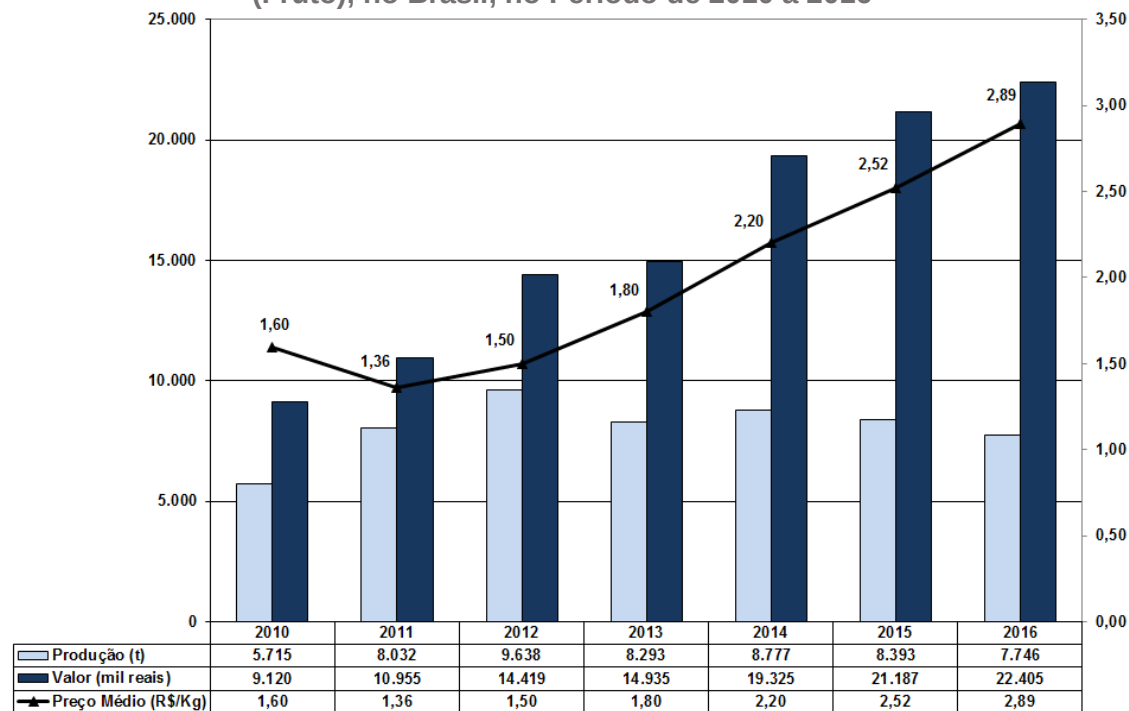
No estado de Santa Catarina, destaca-se o papel desempenhado pela Floresta Nacional de Três Barras (Flona de Três Barras), em relação ao consumo direto de pinhão, pois permite sua coleta como complemento à renda e à alimentação, principalmente para pessoas carentes e de baixa renda, através de uma normativa interna (ZECHINI, A. A. et al, 2012). Outro caso interessante ocorre na Floresta Nacional de Caçador (Flona Caçador) e na Reserva Genética Florestal de Caçador (RGFC). Em ambas áreas, constata-se que o pinhão é tido pelas comunidades nas áreas de entorno como importante fonte de renda e de alimento, indicando um bom potencial desse recurso para o incremento da renda de comunidades carentes, reforçando a importância dos remanescentes florestais na exploração dessa espécie e trazendo subsídios para o estabelecimento de políticas que possam, efetivamente, aliar uma valorização dos recursos florestais ao desenvolvimento destas comunidades junto com a conservação dos remanescentes florestais (SILVA, C. V. da & REIS, M. S. dos, 2009).

Já na região Sudeste do Paraná, verifica-se que a economia do pinhão na área de estudo poderá se consolidar como oportunidade de renda extra na propriedade rural, particularmente por se tratar de uma atividade tradicional e importante para famílias de baixa renda. A ressalva que se faz é que, apesar de importante fonte de renda para as famílias, a atividade não remunera adequadamente os envolvidos, devido ao baixo preço pago pelo quilograma do pinhão não valorizando a atividade (BITTENCOURT, A. M. et al, 2015).

1.1 Produção

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE a produção nacional do pinhão, em 2016, totalizou, aproximadamente, 7,7 mil toneladas, com valor total alcançando R\$ 22,4 milhões e preço médio de R\$ 2,89/kg, verificando-se uma tendência ascendente de crescimento desta última variável, excetuando-se no ano de 2011 ao longo do período analisado, conforme pode ser visualizado no Gráfico I abaixo.

Gráfico 1 – Quantidade Produzida, Valor da Produção e Preço Médio do Pinhão (Fruto), no Brasil, no Período de 2010 a 2016



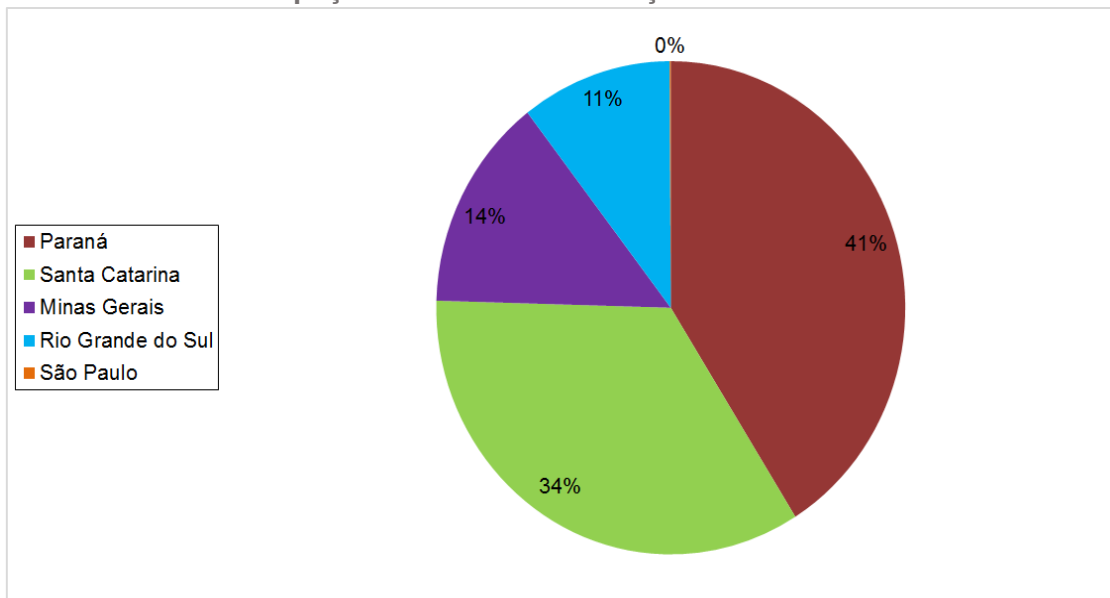
Fonte: IBGE – Elaborado pela autora

Vale ressaltar que a safra de 2016 em relação a de 2015 apresentou decréscimo de 7,7%, ocasionado pela redução nas quantidades produzidas dos dois maiores produtores nacionais: Paraná e Santa Catarina. Tal diminuição é explicada pela alternância de ciclos de produção com anos de contra safra, após 2 ou 3 anos consecutivos de alta produção de sementes, apresentada pela araucária.

Segundo a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri 2016 foi considerado um ano de quebra de safra, porém, esse resultado já era esperado visto que, após apresentar uma produção vasta, essa espécie volta a produzir pouco, pois fica “exaurida”, alternando a boa produtividade com períodos menos intensos.

No Gráfico 2 tem-se a participação estadual em percentagem, na produção nacional de 2016, com destaque para os estados de Santa Catarina e Paraná, responsáveis por aproximadamente 34% e 41%, respectivamente, de todo o pinhão produzido no país.

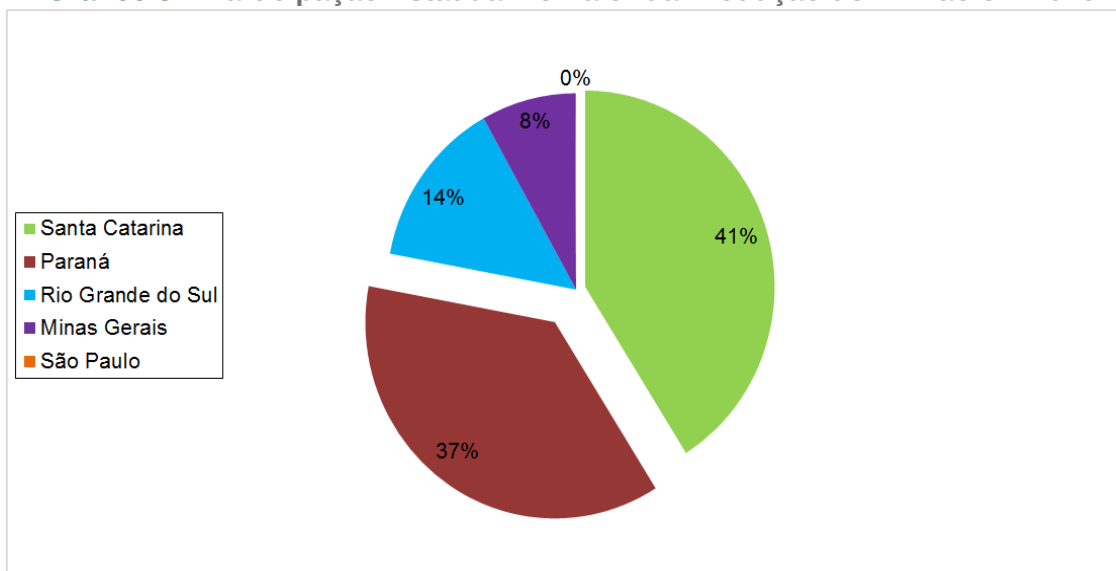
Gráfico 2 – Participação Estadual na Produção Nacional do Pinhão em 2016



Fonte: IBGE – Elaborado pela autora

Quanto a participação estadual no valor da produção em 2016, essa ordem se inverte verificando a liderança de Santa Catarina entre os estados produtores com aproximadamente 41% do total movimentado, seguido do Paraná, conforme pode ser visualizado no Gráfico 3 abaixo.

Gráfico 3 – Participação Estadual no Valor da Produção do Pinhão em 2016



Fonte: IBGE – Elaborado pela autora

De acordo com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul – Emater/RS³⁴:

a) a colheita, liberada conforme legislação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – Ibama desde o dia 15 de abril fica restrita de julho até setembro, às variedades mais tardias³⁵. Como a maturação das variedades ocorre em épocas diferentes, o pinhão pode ser colhido até meados de setembro, todavia, em pequenas quantidades e em áreas pontuais;

b) a safra de 2017 em relação a de 2016 apresentou boa qualidade e maior produtividade, observando-se pinhas de bom tamanho, com o peso variando entre dois e três quilos, em média.

c) o extrativismo do pinhão representa importante fonte de renda para muitas famílias. Para um expressivo número localizado na Serra Gaúcha, uma das principais fontes de renda da propriedade, além de ser um produto tradicional e alimento característico para a população na região;

d) em agosto, a colheita da safra 2017 de pinhão se encaminhava para o final, sendo uma pequena quantidade que ainda estava sendo colhida de espécies tardias, como o cajuvá e

e) grande parte do pinhão disponível para comercialização se encontrava armazenada em câmaras frias;

2. Análise de mercado

Segundo a Emater-RS no Rio Grande do Sul a cadeia extrativista do pinhão é bastante simples. Há poucas ações de beneficiamento, industrialização e conservação do produto, o que restringe e muito o período e os volumes de comercialização.

Ainda, segundo o órgão de extensão técnica gaúcho, a comercialização é praticamente toda informal, feita diretamente pelos extrativistas em diferentes mercados locais – à beira da estrada, mercados, restaurantes, de casa em casa, entre outros, sendo a maior parte da produção ainda comercializada através de intermediários, que levam o produto para os centros maiores como Ceasas de Porto Alegre e de Caxias do Sul, e também para outros estados.

³⁴ Informativos Conjunturais nºs 1.457 de 06/07/2017 e 1.462 de 10/08/2017

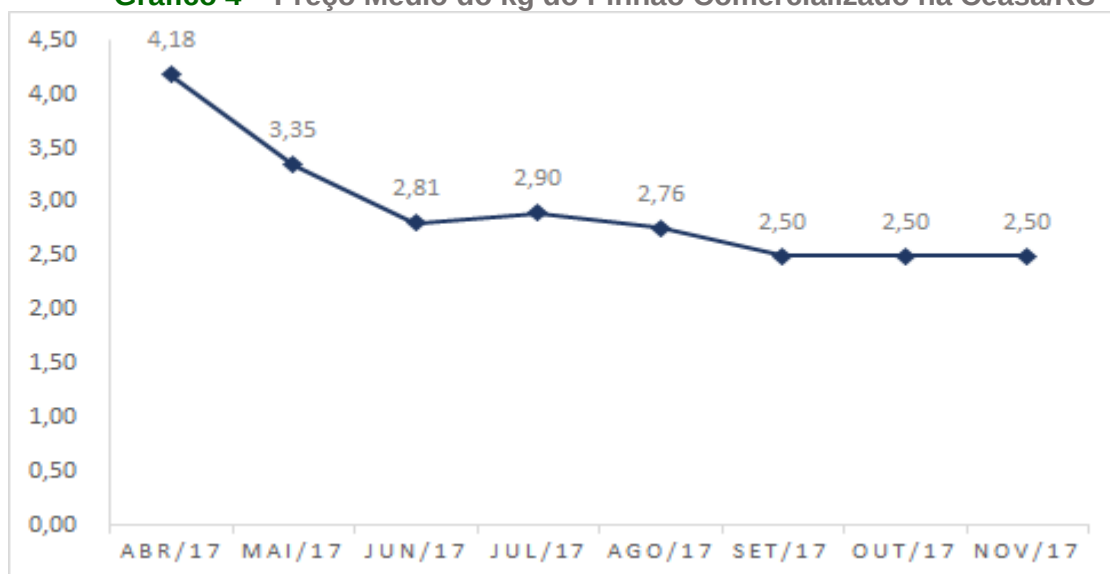
³⁵ Macaco e Cajuva ou Cajuvá

Volume 1. Número 4 - 4º trimestre de 2017

De acordo com a Emater-RS a maior parte do pinhão é comercializada na forma in natura. Em alguns casos as sementes são comercializadas cozidas nas vias de acesso às cidades produtoras, ou então, minimamente processadas na forma de pinhão moído ou de paçoca. O processamento do pinhão agrega valor significativo ao produto, sendo a paçoca vendida ao preço médio de R\$ 10,00 a R\$ 15,00/kg.

No Gráfico 4 tem-se os preços médios no atacado, pagos pelo quilograma do pinhão na Central de Abastecimento do Rio Grande do Sul – Ceasa/RS, no período de abril a novembro de 2017, com o preço oscilando em decorrência da maior ou menor oferta do produto. No início da coleta (abril), observa-se menor oferta do produto e, conforme vai aumentando a quantidade ofertada, o preço começa a cair, ficando estável nos meses seguintes mais em decorrência da menor procura pelo produto do que propriamente pela oferta. Há de se dizer que o inverno é a estação onde o pinhão costuma ser mais consumido, e que a comercialização vai até novembro, devido a oferta das variedades mais tardias.

Gráfico 4 – Preço Médio do kg do Pinhão Comercializado na Ceasa/RS



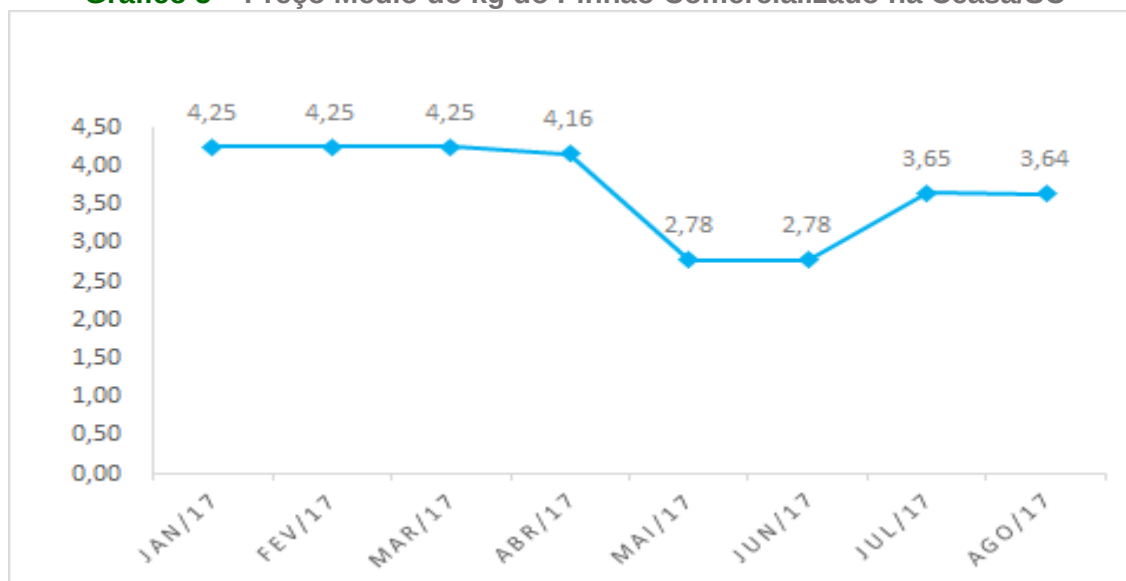
Fonte: Ceasa-RS – Elaborado pelos colaboradores

Em 2017, em Santa Catarina, a comercialização do pinhão ocorreu de janeiro a agosto, face as variedades ofertadas terem maturação em épocas diferentes. Já os preços médios pagos pelo quilograma do pinhão na Ceasa/SC, no período analisado, variaram entre R\$ 2,78 e R\$ 4,25, conforme visualizado no Gráfico 5. Diferentemente do observado nos preços médios da Ceasa/RS, os valores não oscilam tanto. Tal ocorrência pode ser explicada por uma oferta mais

Volume 1. Número 4 - 4º trimestre de 2017

constante e por um consumo/demanda pelo produto mais regular ao longo do ano. Houve maior oferta do produto após o mês de abril e, por isso, os preços caíram nos próximos dois meses, mantendo-se constantes após esse período.

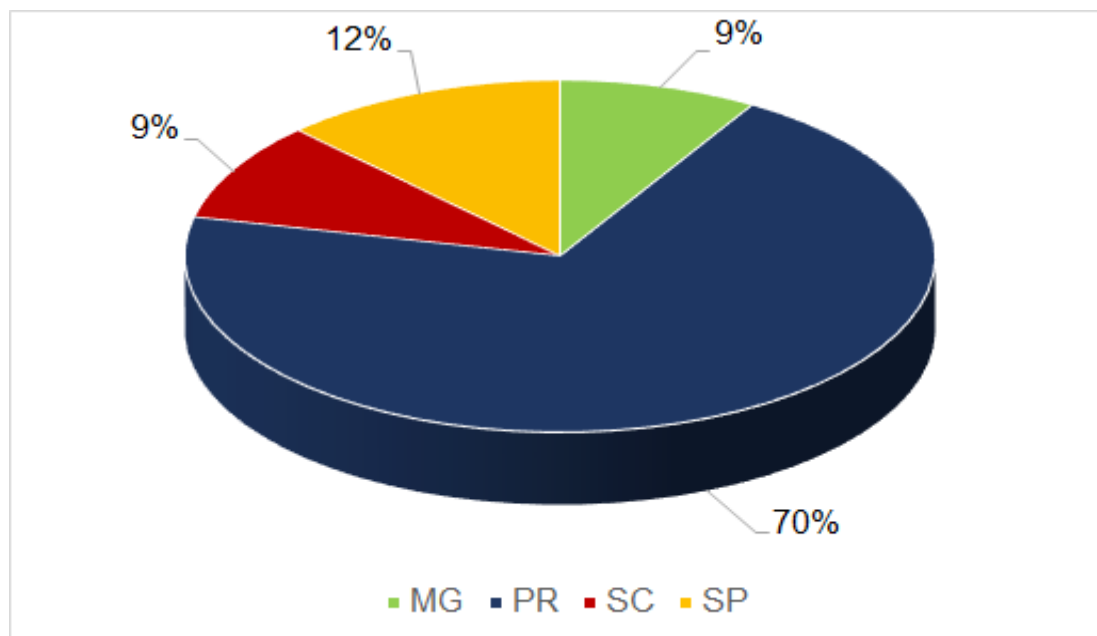
Gráfico 5 – Preço Médio do kg do Pinhão Comercializado na Ceasa/SC



Fonte: Ceasa-SC – Elaborado pelos colaboradores

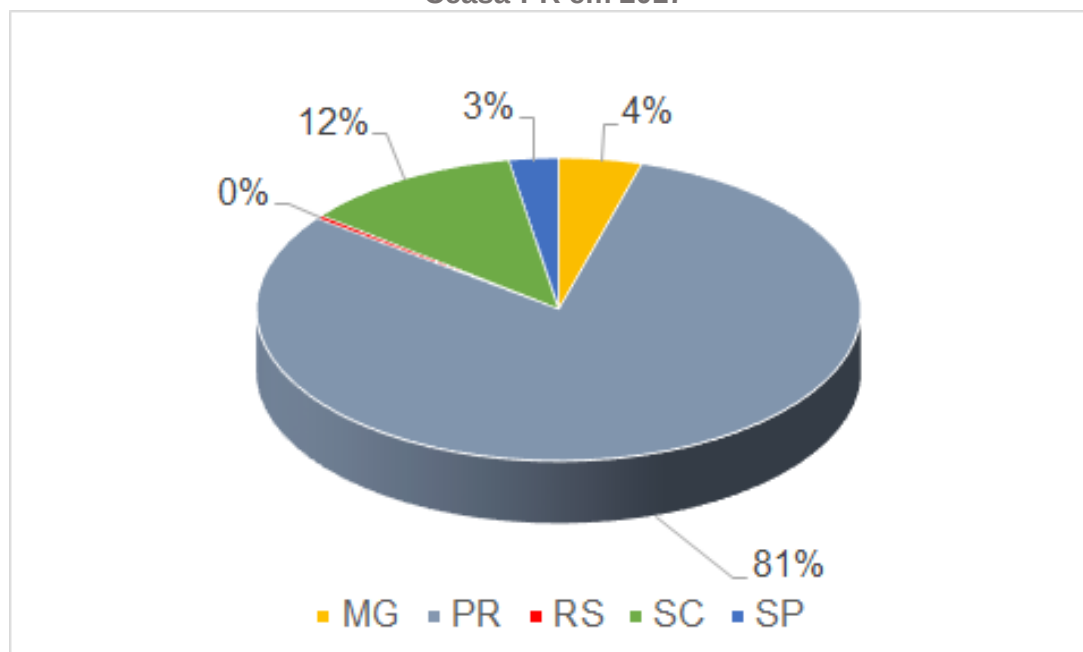
De acordo com os Gráficos 6 e 7, nos anos de 2016 e 2017 o estado do Paraná contribuiu com cerca de 70% e 81%, respectivamente, no volume comercializado na Ceasa/PR. Esse número indica a importância econômica deste produto extrativo para essa unidade da federação. Destaca-se que no último ano houve pinhão proveniente do Rio Grande do Sul, reflexo da boa safra gaúcha, abastecendo o mercado atacadista paranaense.

Gráfico 6 – Procedência do Pinhão Comercializado nas Unidades Atacadistas da Ceasa-PR em 2016



Fonte: Ceasa-PR – Elaborado pelos colaboradores

Gráfico 7 – Procedência do Pinhão Comercializado nas Unidades Atacadistas da Ceasa-PR em 2017



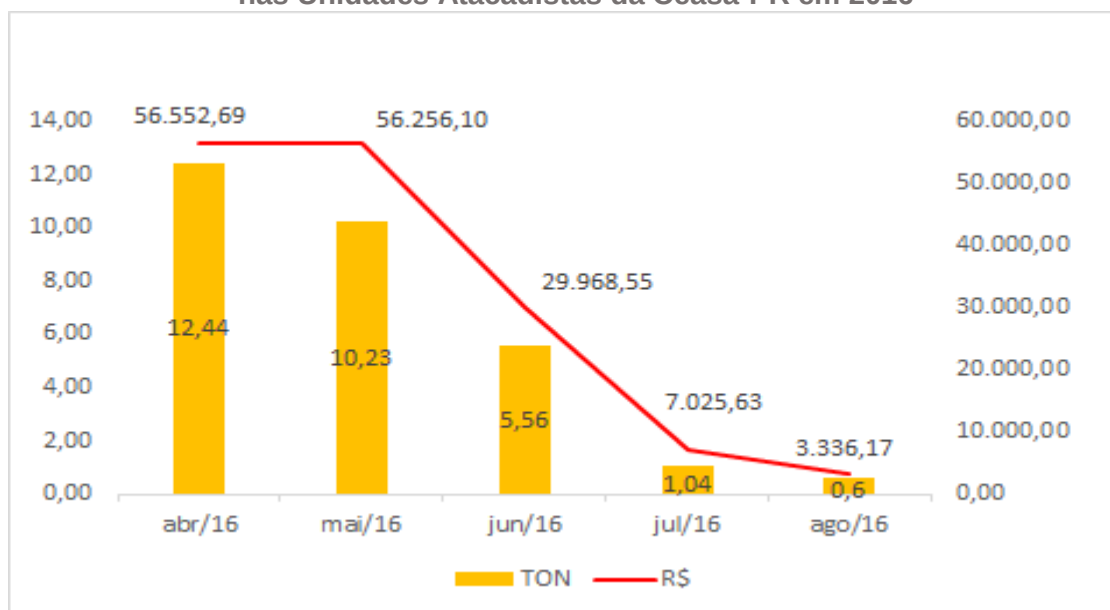
Fonte: Ceasa-PR – Elaborado pelos colaboradores

Volume 1. Número 4 - 4º trimestre de 2017

Nos anos de 2016 e 2017, a Ceasa-PR comercializou, respectivamente, 743,97 e 855,69 toneladas de pinhão, nos valores de R\$ 3,8 e R\$ 4,7 milhões de reais, na ordem devida. Já em relação aos preços médios de atacado, os valores variaram em decorrência do volume ofertado.

Em 2016, no início da safra houve menor oferta do produto, ocasionando um maior aumento nos preços, que decaíram ao final desta, em decorrência do maior volume ofertado, conforme visualizado no Gráfico 8. Já no Gráfico 9, observa-se que a comercialização de agosto “salta” para dezembro, provavelmente isso ocorreu com a entrada do pinhão gaúcho, variedade tardia e como não havia produto ofertado nos três meses antecedentes ao último mês do ano, o preço subiu acima das médias de julho e agosto.

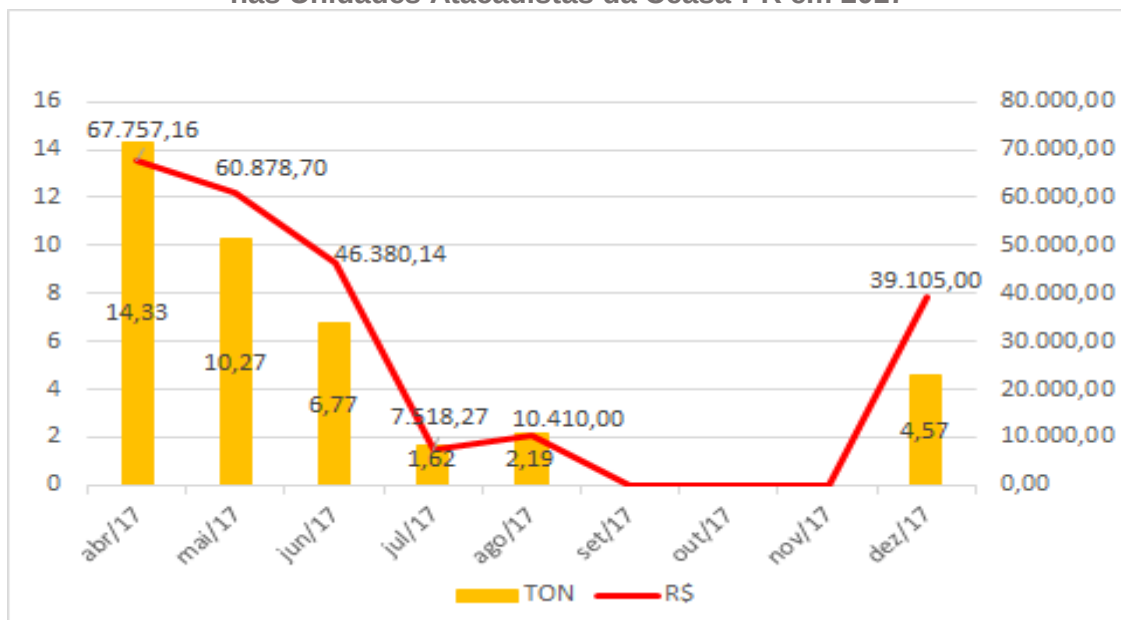
Gráfico 8 – Quantidade, Valor e Preço Médio do kg do Pinhão Comercializado nas Unidades Atacadistas da Ceasa-PR em 2016



Fonte: Ceasa-PR – Elaborado pelos colaboradores

Volume 1. Número 4 - 4º trimestre de 2017

Gráfico 9 – Quantidade, Valor e Preço Médio do kg do Pinhão Comercializado nas Unidades Atacadistas da Ceasa-PR em 2017



Fonte: Ceasa-PR – Elaborado pelos colaboradores

3. Mercado diferenciado PGPM-Bio

A tabela abaixo apresenta a quantidade e o valor subvencionado aos produtores extrativistas pelo quilograma do pinhão, no período de outubro a dezembro de 2017, correspondendo a 92,77% do valor total pago nesse ano para esse produto, e beneficiando 119 produtores extrativistas, de quatro municípios mineiros³⁶, com o pagamento da subvenção.

Tabela 1 – Quantidade e Valor Subvencionados aos Produtores Extrativistas pelo kg do Pinhão

Produto	UF	Quantidade (kg)	Valor (R\$)
	MG		
Pinhão (Fruto)		130.027,40	228.280,00

Fonte: Conab – Elaborado pelo colaborador

³⁶ Delfim Moreira, Marmelópolis, Passa Quatro e Virgínia

4. Referência Bibliográfica

BITTENCOURT, A. M.; SANTOS, A. J. dos; & RIBEIRO, R. M. (2015). **A Renda do Pinhão nas Propriedades Rurais da Região Sudeste do Paraná.** Enciclopédia Biosfera. Centro Científico Conhecer. Goiânia, v. 11, n. 21, p. 2.778-2.792. 2015.

SILVA, C. V. da & REIS, M. S. dos (2009). **Produção de Pinhão na Região de Caçador, SC: Aspectos da Obtenção e sua Importância para Comunidades Locais.** Ciência Florestal, Santa Maria, v. 19, n. 4, p. 363-374, out.-dez., 2009.

SILVEIRA, C. F. B. da; RODRIGUES, G. G. & GUERRA, T. (2007). **A Coleta de Pinhão na Floresta de São Francisco de Paula, RS: Uso Potencial Sustentável.** Revista Brasileira de Biociências, Porto Alegre, v. 5, supl. 1, p. 93-95, jul. 2007.

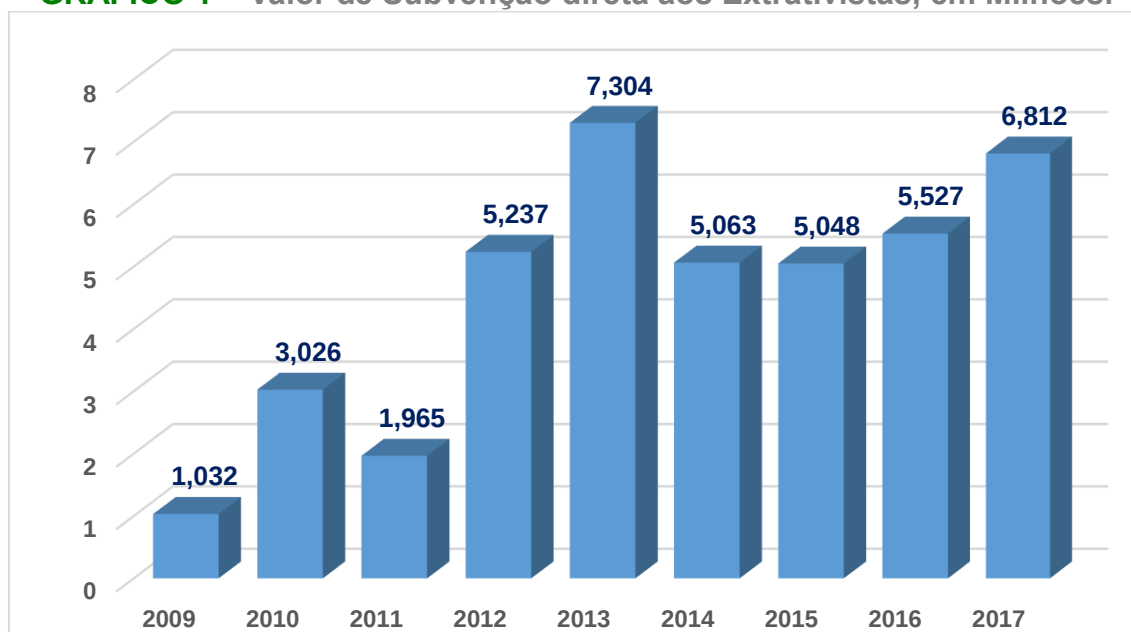
ZECHINI, A. A.; SCHUSSLER, G.; SILVA, J. Z. da; MATTOS, A. G. e PERONI, N.; MANTOVANI, A. & REIS, M. S. (2012). **Produção, Comercialização e Identificação de Variedades de Pinhão no Entorno da Floresta Nacional Três Barras – SC.** BioBrasil Biodiversidade Brasileira Revista Científica. Edição Mista: Manejo de Recursos Vegetais e Avaliação do Estado de Conservação de Espécies. Nº 2. Seção: Uso e Manejo de Recursos Vegetais em Unidades de Conservação. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO. 2012

EXECUÇÃO DA PEGPM-BIO EM 2017

Ênio Carlos M Souza

De acordo com o gráfico abaixo, em 2017, a PGPMBio subvencionou, aproximadamente R\$ 6,812 milhões de reais e mais de 5,3 mil toneladas de produtos da sociobiodiversidade, beneficiando cerca de 4 mil extrativistas em todo país. Esse resultado representa um crescimento, das operações de subvenção da Conab, em quase 24% em relação a 2016. Desde 2014, a PGPMBio evoluiu em torno de 35%.

GRÁFICO 1 – Valor de Subvenção direta aos Extrativistas, em Milhões.



Fonte: Conab

A partir de 2014, a Conab e a SEAD³⁷ (antigo MDA³⁸) uniram esforços para levar a política a mais estados e municípios, alcançando cada vez mais extrativistas e apoiando as cadeias produtivas da sociobiodiversidade. Em 2016, o MMA³⁹ também se juntou em prol da causa. Desde então, essas ações têm resultado em maior valor de subvenção aportado, maiores quantidades de produtos apoiados e, principalmente, mais extrativistas, de diversos estados, que vivem e trabalham em diferentes biomas, estão sendo alcançados.

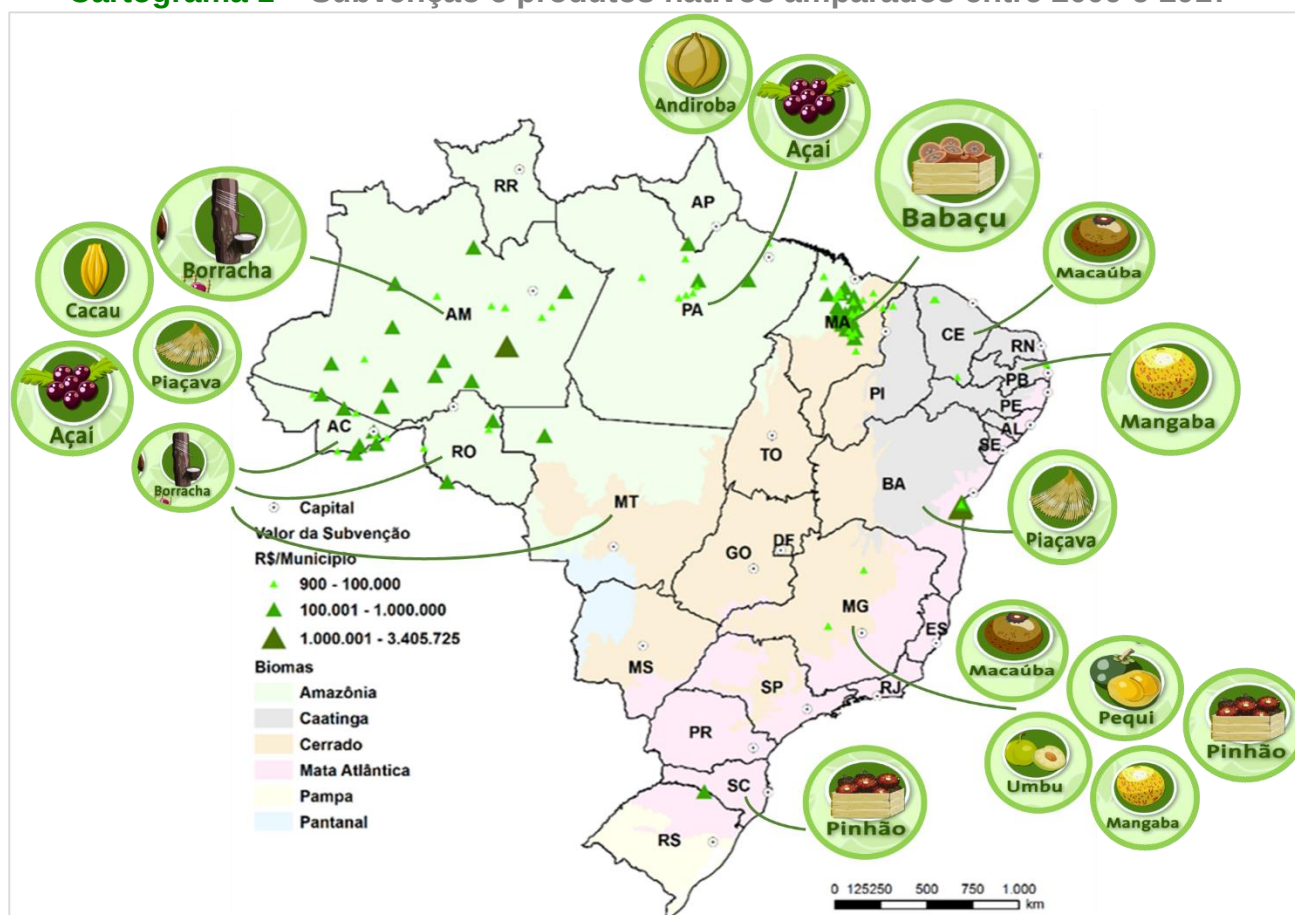
³⁷ Secretaria Especial da Agricultura Familiar.

³⁸ Ministério do Desenvolvimento Agrário.

³⁹ Ministério do Meio Ambiente

O Cartograma 1 disponibiliza ao leitor a dimensão das localidades já alcançadas pela política, sendo os estados do Amazonas e Minas Gerais os mais diversificados em relação ao número de produtos e o do Maranhão o que se destaca com o maior valor de subvenção, nesse caso contemplando um único produto: o babaçu.

Cartograma 1 – Subvenção e produtos nativos amparados entre 2009 e 2017



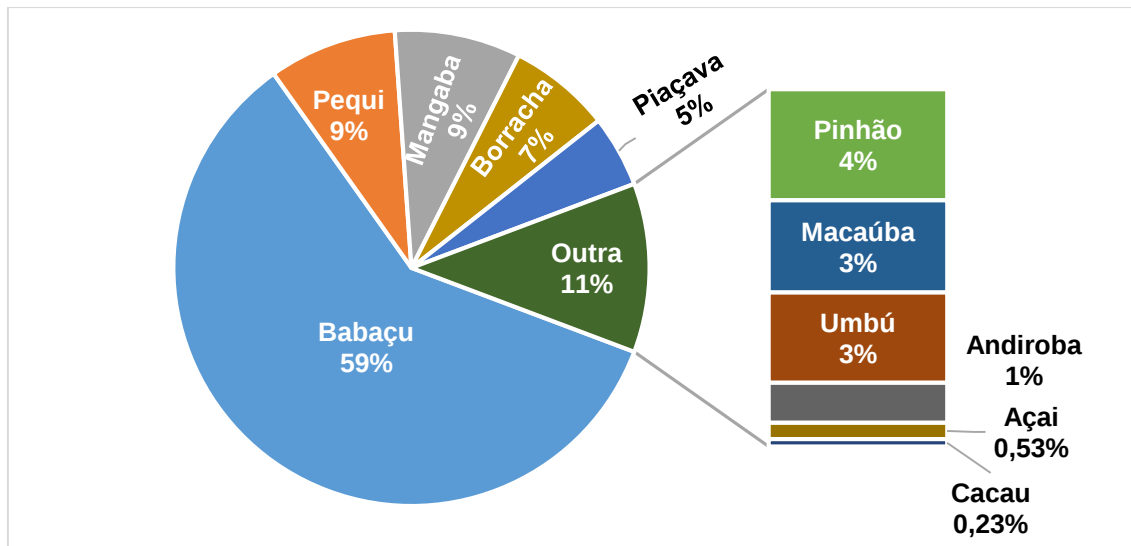
Fonte: Conab.

Em termos de quantidade subvencionada, o babaçu corresponde a quase 60% do total, seguido do pequi e mangaba, ambos com 9%, e depois da borracha e piaçaba com, respectivamente, 7 e 5%.

De acordo com os dados do IBGE, as quase 3 toneladas de amêndoa de babaçu, subvencionadas pela Conab, correspondem a 4,5% da produção nacional. Esse percentual vem crescendo, ao longo dos últimos anos, e deve continuar nessa tendência pois sabe-se que a quase totalidade da cadeia produtiva opera com preços abaixo do mínimo. As ações de divulgação da política, que vem ocorrendo em parceria com MMA e SEAD, vão de encontro a

essa agenda: de incluir cada vez mais extrativistas, no processo de subvenção, estimulando a continuidade na atividade e a proteção dos babaçuais.

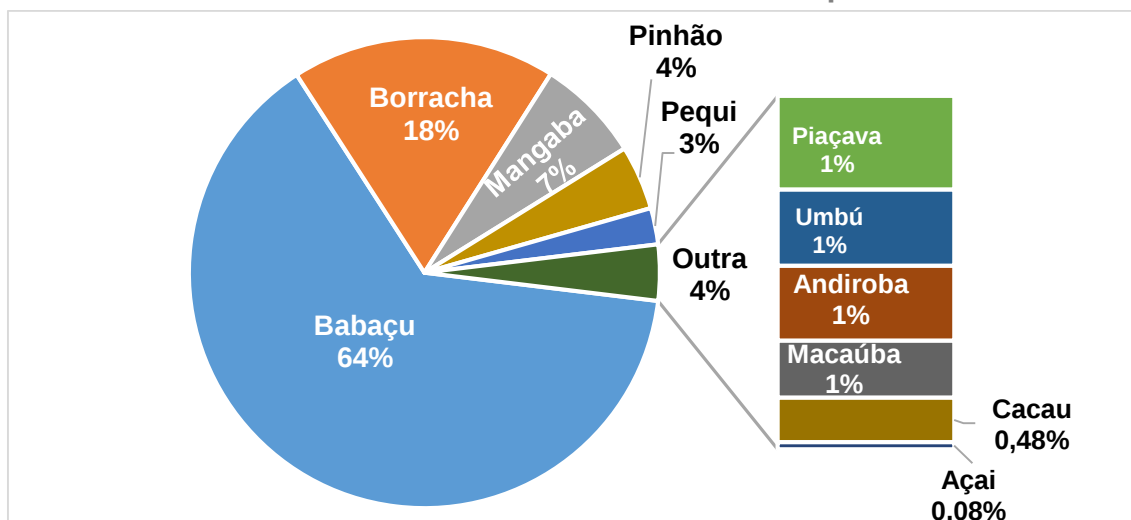
GRÁFICO 2 – Quantidade Subvencionada – Por produto.



Fonte: Conab

No caso dos demais produtos, as estimativas do IBGE ainda são um pouco frágeis para se ter uma real ideia do alcance da política em relação ao todo nacional. Ainda assim, pelos dados do instituto e mapeamentos da cadeia produtiva, disponíveis pelos atores envolvidos, é possível afirmar que grande parte dos produtores estão sendo beneficiados pela PGPMBio.

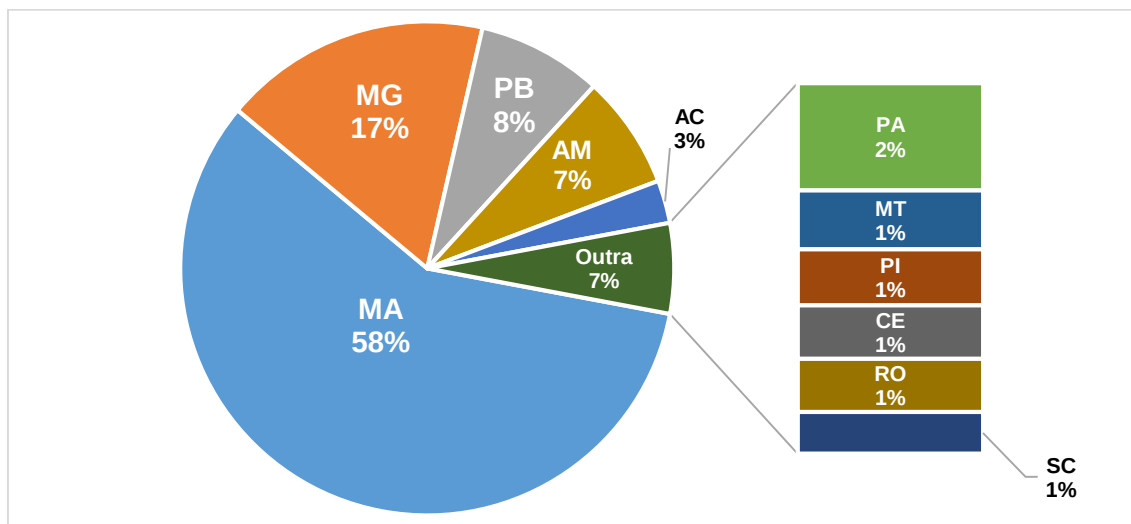
GRÁFICO 2 – Valor Subvencionado – Por produto.



Fonte: Conab

Em relação aos estados, o Maranhão é o principal destino dos valores de subvenção e também em termos de quantidade subvencionada. Já Minas Gerais foi o que mais cresceu em 2017, apoiando cinco produtos, com mais de meio milhão de reais em subvenção.

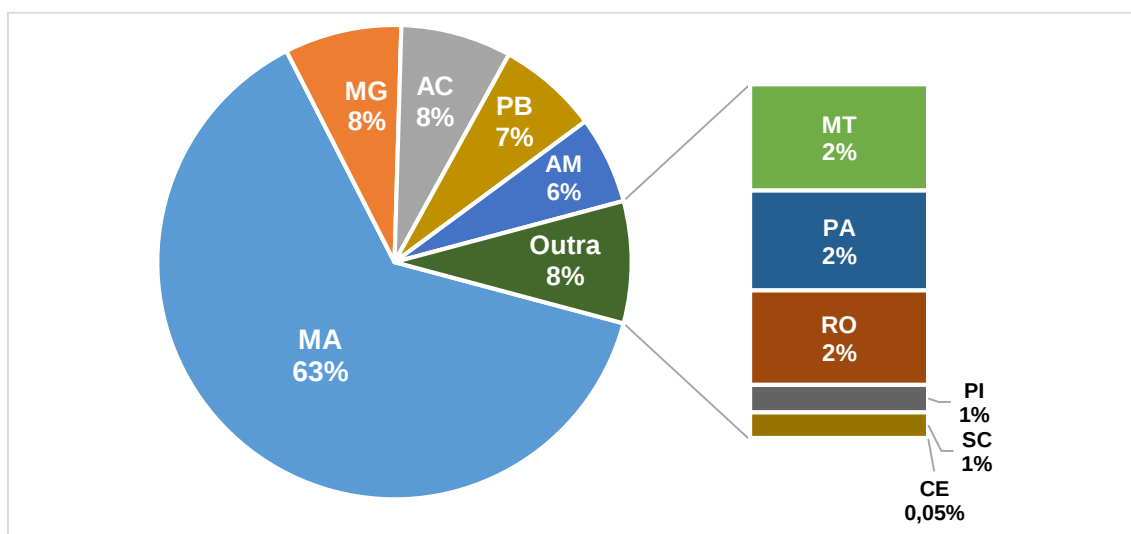
GRÁFICO 3 – Quantidade Subvencionada – Por UF.



Fonte: Conab

Paraíba, Amazonas e Acre “fecham” a lista dos estados com maior número de operações da PGPMBio. Ao todo 11 Unidades da Federação atuaram na política, apoiando os extrativistas, incentivando a proteção ambiental e garantindo renda aos povos e comunidades tradicionais.

GRÁFICO 4 – Valor Subvencionado – Por UF.



Fonte: Conab

Anexo I – os 30 maiores municípios subvencionados em 2017.

TABELA 1 – Valor e Quantidade Subvencionada – Por Município*.

UF	Município	Valor (R\$)	Quantidade (Kg)
MA	São Luís Gonzaga do Maranhão	R\$ 1.199.351,62	829.922
MA	Poção de Pedras	R\$ 544.245,39	352.394
MA	Trizidela do Vale	R\$ 417.199,74	323.872
MA	Zé Doca	R\$ 365.884,50	201.730
MA	Coroatá	R\$ 288.686,51	219.123
PB	Baía da Traição	R\$ 226.714,26	207.995
MG	Virgínia	R\$ 200.000,00	112.355
AC	Xapuri	R\$ 190.928,12	53.994
MA	Lima Campos	R\$ 183.337,88	114.004
MA	Alto Alegre do Maranhão	R\$ 176.005,69	105.393
MA	Penalva	R\$ 172.285,25	116.466
MA	Bacabal	R\$ 137.635,05	135.235
PA	Mocajuba	R\$ 124.940,28	36.566
MG	Lontra	R\$ 114.414,69	282.616
MA	Vitorino Freire	R\$ 110.194,06	80.342
AM	Lábrea	R\$ 107.555,94	32.587
PB	Marcação	R\$ 106.977,45	98.144
PB	Rio Tinto	R\$ 98.566,90	90.428
MA	Presidente Dutra	R\$ 92.856,67	71.990
AC	Brasiléia	R\$ 87.881,78	25.527
MA	Alto Alegre do Pindaré	R\$ 82.947,89	94.105
AC	Tarauacá	R\$ 81.814,60	23.340
MA	Presidente Médici	R\$ 73.302,88	51.385
RO	Machadinho D'Oeste	R\$ 68.278,70	19.252
AC	Rio Branco	R\$ 66.153,30	18.718
AM	Barcelos	R\$ 64.587,60	236.170
AM	Aripuanã	R\$ 62.147,63	16.269
AM	Canutama	R\$ 61.273,00	49.275
MG	Japonvar	R\$ 59.069,76	160.901
AM	Pauini	R\$ 49.094,10	14.355

*Os 30 maiores municípios em termos de subvenção.

Fonte: Conab



ISSN: 2527-1598



MINISTÉRIO DA
**AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO**

